



Handwritten mark

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS REFERENTES AO ANO 2009

*Reunião Conselho Fiscal
de 05 de Fevereiro de 2010*

Maria Clara

Proposta apresentada pelo Conselho Directivo Nacional
Lisboa, 03 de Fevereiro de 2010



Índice

NOTA INTRODUTÓRIA	6
I. ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES DEFINIDAS NO PLANO DE ACÇÃO PARA O MANDATO	6
A. FORTALECER A INTERVENÇÃO QUALIFICADA DA OE NAS VÁRIAS COMPONENTES DA POLÍTICA DE SAÚDE E DO SISTEMA DE SAÚDE	6
1- TER UMA PARTICIPAÇÃO PRÓ-ACTIVA NO REDESENHO DAS RESPOSTAS ORGANIZADAS ÀS NECESSIDADES DE SAÚDE: DAS POLITICAS GLOBAIS DE SAÚDE ÀS POLITICAS ESPECIFICAS	6
1.1. Acompanhamento do processo de Alteração Estatutária	6
1.2. Acompanhamento do processo legislativo	6
1.3. Criação condições para assegurar práticas de dotações seguras	6
1.4. Acompanhamento na área dos Cuidados de Saúde Primários	7
1.5. Acompanhamento na Área Hospitalar	8
1.6. Acompanhamento na área dos Cuidados Continuados Integrados	8
1.7. Acompanhamento na área da Urgência / Emergência Pré-Hospitalar	9
1.8. Acompanhamento na Área da saúde Mental	9
1.9. Acompanhamento do Exercício Profissional	10
1.10. Intervenção junto dos Jovens Enfermeiros	10
1.11. Reforço das competências próprias da actividade profissional dos enfermeiros	10
1.12. Estudo das Necessidades em Cuidados	10
2- IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL (MDP) APROVADO EM AG	11
2.1. Operacionalizar o Modelo de Desenvolvimento Profissional	11
2.1.1. Regulamentação do Modelo de Desenvolvimento Profissional	11
3- PROMOVER A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS CUIDADOS	11
3.1. Padrões de Qualidade	11
3.2. Sistemas de Informação em Enfermagem	11
3.3. Actividades de apoio à gestão	12
3.4. Promover o desenvolvimento das relações científicas e profissionais entre enfermeiros dos diferentes domínios da enfermagem, a nível nacional e internacional	12
3.5. Desenvolvimento da reflexão ético-deontológica	13
3.5.1. Formação interna	13
3.5.2. X Seminário de Ética	13
3.5.3. 4º e 5.º Ciclos de Debates	13
3.5.4. Participações em actividades formativas para enfermeiros	14
3.5.5. Acompanhamento do ensino da ética e deontologia e dos enfermeiros das CES	14
B. FORTALECER A INTERVENÇÃO QUALIFICADA NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO	14
1- TER UMA PARTICIPAÇÃO PRÓ-ACTIVA NO REDESENHO DAS RESPOSTAS ORGANIZADAS ÀS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM	14
1.1. Actividades de apoio à Formação e Investigação	14
C. REFORÇAR A VISIBILIDADE EXTERNA E CONSOLIDAÇÃO NO TECIDO SOCIAL	15
1- CONTINUAR A REFORÇAR O DIREITO DOS CIDADÃOS AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM E PUGNAR PELO RECONHECIMENTO DO SEU VALOR SOCIAL	15



1.1. Actividade Editorial.....	15
1.1.1. Revista da Ordem dos Enfermeiros	15
1.1.2. Outras publicações	16
1.2. Site	16
1.3. Assessoria de Imprensa.....	16
1.4. Outras Actividades de Comunicação e Imagem	19
1.5. Actividades relacionadas com o encerramento das comemorações do 10º aniversário ..	19
1.6. Banco de Imagens.....	19
1.7. Resenhas de Imprensa diárias.....	19
1.8. Relacionamento com o Poder Político.....	19
1.9. Relação com organizações profissionais.....	20
1.10. Proximidade com os enfermeiros e os cidadãos	20
1.10.1. Semanas da Bastonária.....	20
1.10.2. Comemorações e Outros Eventos	20
1.10.3. Desenvolvimento de parcerias e acções junto dos cidadãos e de organizações que os representam	21
2- MANTER A INTERVENÇÃO DA OE NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL.....	21
2.1. Actividades que decorrem das responsabilidades estatutárias.....	21
2.1.1. CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS – ICN	21
2.1.2. FEDERAÇÃO EUROPEIA DE ENFERMEIROS – EFN	22
2.1.3. OMS EUROPA - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NACIONAIS DE ENFERMEIRAS E PARTEIRAS - EFNNMA	23
2.1.4. FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS REGULADORES – FEPI	23
2.1.5. FÓRUM NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENFERMEIROS (FNOPE)	23
2.1.6. GRUPO EUROPEU DE INVESTIGAÇÃO – WENR	23
3- OUTRAS ACTIVIDADES	23
3.1. Parlamento Europeu	23
3.2. Rede Europeia para a Segurança dos Doentes - EUNetPaS.....	23
3.3. Observatório Europeu dos Sistemas de Saúde – Policy Dialogues.....	24
3.4. Assembleia Mundial de Saúde	24
3.5. European Midwifery Regulators Summit.....	24
3.6. Fórum Europeu para os Cuidados de Saúde Primários.....	24
3.7. Reunião da Rede Informal de CNO da Europa	24
3.8. Health Profissionais Crossing Borders	24
3.9. HProCard	24
3.10. Participação em outras actividades.....	24
4- DESENVOLVIMENTO DOS COMPROMISSOS COM A CPLP	24
4.1. Biblioteca Móvel.....	24
4.2. Desenvolvimento do Projecto de Formação de Formadores na Tuberculose;	25
4.3. Rede de Enfermagem da CPLP.....	25
D. MAJORAR A QUALIDADE ORGANIZACIONAL.....	25
1- MELHORAR A ORGÂNICA INTERNA DA OE.....	25
1.1. Promoção de um novo modelo organizacional da OE.....	25
1.2. Finalizar reestruturação da rede informática.....	25
II. ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS.....	26
1- GESTÃO DE MEMBROS	26
1.1. Inscrições.....	26



1.2. Revalidação das cédulas profissionais	26
1.3. Atribuição de títulos	26
2- EMISSÃO DE PARECERES	27
2.1. Sobre a matéria interdisciplinar das especialidades em enfermagem	27
2.2. Sobre o exercício profissional e a deontologia.....	30
2.3. Aconselhamento no âmbito do sigilo profissional	31
2.4. Cooperação com tribunais	31
2.5. Deliberações sobre Pedidos de Renúncia ou Suspensão Temporária de Membros de Órgãos Da Ordem	31
2.6. Exercício do Poder Disciplinar	31
2.6.1. PROCESSOS DISCIPLINARES TRANSITADOS DO MANDATO ANTERIOR.	32
2.6.2. PROCESSOS DISCIPLINARES ENTRADOS NESTE MANDATO	32
2.6.3. TOTAL DE PROCESSOS DISCIPLINARES (TRANSITADOS DO ANO ANTERIOR E ENTRADOS EM 2009)	33
2.6.4. RECURSOS RELATIVOS A PROCESSOS DISCIPLINARES.....	35
2.6.5. PROCESSOS INTERNOS - LEGALIDADE INTERNA DA OE	35
2.6.6. NORMALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À NOTIFICAÇÃO EDITAL	36
2.6.7. PROCESSOS DE EXECUÇÃO.....	36
3- GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE	36
4- REUNIÕES DOS ÓRGÃOS	37
4.1. Assembleia Geral/Mesa da AG.....	37
4.2. Conselho Directivo.....	37
4.3. Conselho Fiscal	39
4.4. Conselho Jurisdicional.....	39
4.5. Conselho de Enfermagem	39
III. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	39
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIO DE 2009	
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2009	
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS RELATIVO AO ANO DE 2009	



SIGLAS

- AAAGQES – AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO PARA A GARANTIA DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR
 AAM – AUXILIARES DE ACÇÃO MÉDICA
 ACENDIO – ASSOCIAÇÃO PARA DIAGNÓSTICOS, INTERVENÇÕES E RESULTADOS DE ENFERMAGEM EUROPEUS COMUNS
 ACS – AGRUPAMENTOS DE CENTOS DE SAÚDE
 ACES – AGRUPAMENTOS DOS CENTROS DE SAÚDE
 ACSS – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE
 AG – ASSEMBLEIA GERAL
 AR – ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
 ARS – ADMINISTRAÇÃO(ÕES) REGIONAL(AIS) DE SAÚDE
 BD – BASE DE DADOS
 BM – BIBLIOTECA MÓVEL
 CA – CONSELHO(S) DE ADMINISTRAÇÃO
 CARED – COMISSÃO DE APOIO À REFLEXÃO ÉTICA E DEONTOLÓGICA
 GAIRNCCI/EPEL – GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DA REDE DE SAÚDE DOS CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS/EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM NOS LARES
 CD – CONSELHO DIRECTIVO
 CDA – CÓDIGO DEONTOLÓGICO ANOTADO
 CE – CONSELHO DE ENFERMAGEM
 CEESMP – COMISSÃO DE ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA
 CER – CONSELHO DE ENFERMAGEM REGIONAIS
 CNIS – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE
 CRC – CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO
 CIPE – CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRÁTICA DE ENFERMAGEM
 CJ – CONSELHO JURISDICIONAL
 CNO – ASSESSOR MINISTERIAL DE ENFERMAGEM (DO INGLÉS, CHIEF NURSING OFFICER)
 CNOP – CONSELHO NACIONAL DAS ORDENS PROFISSIONAIS
 CRC – CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO
 CSP – CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS
 DGES – DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR
 EECR – EQUIPAS DE COORDENAÇÃO REGIONAL
 EFN – FEDERAÇÃO EUROPEIA DAS ASSOCIAÇÕES DE ENFERMEIROS
 EFNMA – FÓRUM EUROPEU DE ASSOCIAÇÕES NACIONAIS DE ENFERMAGEM E ENFERMAGEM OBSTÉTRICA
 EON – ESTATUTO DA ORDEM DOS ENFERMEIROS
 ERA – EQUIPA REGIONAL DE ACOMPANHAMENTO
 ERS – ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE
 FEPI – FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS REGULADORES DE ENFERMAGEM
 FNAEE – FEDERAÇÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM
 FNOPE – FÓRUM NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENFERMEIROS
 GAP – GABINETE DE ANÁLISE E PLANEAMENTO
 GAT/CSP – GRUPO DE APOIO TÉCNICO/CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS
 GRI – GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
 HORATIO – ENFERMEIROS DE PSIQUIATRIA DA EUROPA
 HPCB – HEALTH PROFESSIONALS CROSSING BORDERS
 ICN – CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS (INTERNATIONAL COUNCIL OF NURSES)
 INSA – INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE
 IPSS – INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL



- MDP – MODELO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
- MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE
- MCSP – MISSÃO DE DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS
- MCTES – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
- MTSS – MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL
- OE – ORDEM DOS ENFERMEIROS
- OOECSP – OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS ENFERMEIROS PARA OS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS
- PALOP'S – PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA
- PNAE – ASSOCIAÇÕES DE ENFERMAGEM PEDIÁTRICA DA EUROPA
- PNS – PLANO NACIONAL DE SAÚDE
- PQ – PADRÕES DE QUALIDADE
- RNCCI – REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS
- RMDE – RESUMO MÍNIMO DE DADOS DE ENFERMAGEM
- ROE – REVISTA DA ORDEM DOS ENFERMEIRO
- RSE – REGISTO DE SAÚDE ELECTRÓNICO
- SAP – SISTEMA DE APOIO À PRÁTICA DE ENFERMAGEM
- SIE – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM
- SNS – SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE
- SR – SECÇÃO REGIONAL
- UCC – UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE
- UF – UNIDADES FUNCIONAIS
- UMRNCCI – UNIDADE DE MISSÃO DA REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS
- USF – UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR
- VMER – VIATURA MÉDICA DE EMERGÊNCIA E REANIMAÇÃO
- WENR – GRUPO DE ENFERMEIROS INVESTIGADORES DA EUROPA
- WHO ou OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE



NOTA INTRODUTÓRIA

O Relatório de Actividades e Contas que o Conselho Directivo faz presente à Assembleia-Geral da Ordem dos Enfermeiros é uma síntese das actividades desenvolvidas no plano nacional e internacional, ao longo do ano de 2009.

O trabalho da Ordem no ano de 2009, orientou-se em torno dos eixos centrais previstos no Plano de Actividades, incidindo num vasto conjunto de áreas, desde o acompanhamento da reforma da saúde em curso, à finalização da aprovação da alteração estatutária e ao início da sua plena implementação e à reorganização interna.

As importantes e inalienáveis atribuições da OE, no sentido da defesa da qualidade dos cuidados, orientaram toda a intervenção no plano nacional e internacional, implicando um esforço quer de enfermeiros, membros dos órgãos e de muitos que deram a sua colaboração, quer de colaboradores que esperamos, reflectir neste relatório, enquanto instrumento de análise da consecução das atribuições da OE das quais são parte integrante os compromissos assumidos para este mandato e as actividades definidas para o ano de 2009.

Foi neste quadro que se pretendeu que as acções empreendidas tivessem uma dinâmica de harmonização nacional e simultaneamente de respeito pelas especificidades loco-regionais em colaboração estreita com as secções regionais.

I. ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES DEFINIDAS NO PLANO DE ACÇÃO PARA O MANDATO

A. FORTALECER A INTERVENÇÃO QUALIFICADA DA OE NAS VÁRIAS COMPONENTES DA POLÍTICA DE SAÚDE E DO SISTEMA DE SAÚDE

1- TER UMA PARTICIPAÇÃO PRÓ-ACTIVA NO REDESENHO DAS RESPOSTAS ORGANIZADAS ÀS NECESSIDADES DE SAÚDE: DAS POLITICAS GLOBAIS DE SAÚDE ÀS POLITICAS ESPECIFICAS

1.1. ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O ano de 2009, no que concerne ao processo de alteração estatutária, foi marcado por uma intensa actividade quer no âmbito do processo legislativo, quer na construção e divulgação das condições tendentes à sua regulamentação e implementação.

Destacam-se neste primeiro ponto do relatório as actividades relativas ao acompanhamento político do processo, junto do governo e da Assembleia da República com o consequente e vastíssimo número de audiências, reuniões de trabalho e elaboração de pareceres e outros documentos de fundamentação.

1.2. ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO

Neste ano de 2009, o Conselho Jurisdicional emitiu o Parecer nº 105/2009 relativo à interpretação da alínea f) do nº 2 do artigo 75º do EOE, sobre o acesso dos enfermeiros à informação de saúde das pessoas ao seu cuidado. Tendo-se verificado desarmonia jurídica entre esta norma e o regime jurídico vigente na Lei nº 12/2005 de 26 de Janeiro, foram solicitadas reuniões com os grupos parlamentares da Assembleia da República, que estão a realizar-se neste início de 2010.

Em Julho participamos na discussão pública do Projecto de lei nº 778/X relativo ao consentimento em saúde, onde, perante a verificação de graves conflitos entre o proposto e o regime jurídico do exercício de enfermagem, contribuimos para a sua retirada.

1.3. CRIAÇÃO CONDIÇÕES PARA ASSEGURAR PRÁTICAS DE DOTAÇÕES SEGURAS

Na discussão do dossiê presente ao Ministério da Saúde, a questão das dotações, foi sempre defendida nas suas diferentes dimensões: a sua imprescindibilidade para a consecução a reforma na saúde em curso e para a segurança dos cuidados à população, sem esquecer o direito dos enfermeiros a usufruírem de condições de



trabalho que garantam o respeito pela deontologia da profissão e pelo direito do cliente a cuidados de enfermagem de qualidade¹

Nesta área foram produzidos os pareceres

“Condições de funcionamento das maternidades privadas”

“RNCCI – Referencial do Enfermeiro”

1.4. ACOMPANHAMENTO NA ÁREA DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

A intervenção nesta área teve uma dinâmica nacional que incluiu a implementação da matriz para a recolha de informação, tratamento dos dados a nível nacional e elaboração de propostas de intervenção aos níveis regional e nacional; muitos momentos de debate e esclarecimento organizados pela OE, instituições de saúde e outras organizações profissionais, sobre a reforma dos CSP, nomeadamente sobre a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC); e o Simpósio “Enfermeiro de Família” (SRRA dos Açores).

Neste domínio, destacam-se as actividades que se especificam nos pontos seguintes:

- ❖ Acompanhamento desta reforma no espaço político junto do Governo, nomeadamente o MS e da Assembleia da Republica;
- ❖ Participação em inúmeros debates e espaços de formação relativos ao tema “Reforma dos CSP com grande ênfase para a Implementação das UCC;
- ❖ Acompanhamento da reforma e implementação dos ACES e respectivas Unidades Funcionais (UF).
 - Criação de núcleos de Ligação e consultoria do OOECSP em cada uma das ARS com os Enfermeiros dos Conselhos Clínicos dos ACES;
 - Acompanhamento da implementação do modelo gestor dos ACES.
- ❖ Monitorização da utilização de orientações e requisitos relativos às UF dos CS que incluem enfermeiros.
 - Realização de um vasto número de reuniões de trabalho a nível loco-regional;
 - Visitas às UF no âmbito dos ACES e colheita de informação através da aplicação de guiões de visita;
 - Criação Rede Coordenadores / Interlocutores das várias UF e / ou CS;
 - Colaboração na divulgação do enquadramento conceptual sobre “Enfermeiro de Família” e promoção da sua implementação;
 - Articulação com o GAIRNCCI/EPEL.
- ❖ Apoio aos enfermeiros dos CS, em processos de criação, participação e desenvolvimento das várias UF, com especial enfoque nas UCC, bem como nos processos de tomada de decisão e gestão de serviços de enfermagem.
 - Acompanhamento e intervenção pelo OOECSP;
 - Intervenção do Grupo de Apoio Técnico – CSP (GAT-CSP).
- ❖ Elaboração de um vasto acervo documental de que se destacam, para além dos planos, memorandos, resenhas de imprensa e relatórios específicos deste domínio, a análise dos dispositivos legais que foram publicados ou submetidos a parecer da OE, os documentos constantes no quadro seguinte:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Protesto público sobre o “Estudo do Acesso aos Cuidados de Saúde Primários do SNS”, promovido pela Entidade Reguladora da Saúde; • Análise do Relatório do Grupo Consultivo para a Reforma dos CSP – Acontecimento Extraordinário” – |
|---|



Fevereiro 2009;

- Análise da resposta remetida pela Entidade Reguladora da Saúde sobre o protesto público da OE sobre o "Estudo do Acesso aos Cuidados de Saúde Primários do SNS";
- Elaboração e divulgação do parecer sobre proposta de despacho do Regulamento da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) apresentado pelo MS e acompanhamento da sua discussão pública;
- Análise dos Decretos-Lei da Saúde Pública 81/2009 e 82/2009, 2 de Abril de 2009;
- Análise da proposta de referencial sobre "Enfermagem de Saúde Familiar";
- Análise do Despacho n.º 10143/2009, 16 de Abril de 2009 – Regulamento da Organização e do Funcionamento da Unidade de Cuidados na Comunidade;
- Filiação da OE no Fórum Europeu para os Cuidados de Saúde Primários;
- Análise e elaboração da proposta de parecer sobre o "Guia de Recomendações para o cálculo de enfermeiros no SNS: Indicadores e valores de referência" do MS para a área dos CSP;
- Análise do Relatório Mundial de Saúde 2008 da OMS: Cuidados de Saúde Primários – Agora Mais Que Nunca – e divulgação da versão em português traduzida pelo Alto Comissariado da Saúde;
- Emissão de respostas/pareceres solicitados pelos membros sobre a "Reforma dos CSP" pelo CD e GAT/CSP;
- Parecer da OE sobre Proposta do Plano de Desempenho dos ACES;
- Construção do Guião de Visitas para as UCC;
- Continuação da construção da Rede de Contactos dos Coordenadores / Interlocutores das várias unidades funcionais dos ACES;
- Conclusão da constituição dos Núcleos de Ligação e Consultoria do OOECS/ OE em cada uma das ARS com os Enfermeiros dos Conselhos Clínicos dos ACES;
- Colaboração na divulgação do documento relativo ao enquadramento conceptual da OE sobre "Enfermeiro de Família":

1.5. ACOMPANHAMENTO NA ÁREA HOSPITALAR

Pretendia-se neste domínio, à imagem do realizado nas outras áreas, a criação de uma dinâmica sistemática de acompanhamento, facto que não foi ainda possível alcançar no ano em apreço.

1.6. ACOMPANHAMENTO NA ÁREA DOS CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

As mudanças em curso nesta área do Acompanhamento na área dos Cuidados Continuados Integrados e do Exercício Profissional de Enfermagem em Lares, pela sua natureza e pelas questões de segurança dos cuidados que coloca, implicam uma dinâmica de intervenção concertada a diferentes níveis. Neste contexto, procuram-se trazer à luz da reflexão os desenvolvimentos efectuados em articulação com os planeados, bem como aspectos a ter em conta no percurso construir/consolidar.

Assim, numa lógica integrada com as actividades desenvolvidas nas outras áreas das políticas de saúde, para além do conjunto de reuniões junto do Ministério da Saúde, da preparação de documentação a ser presente ao CD, da divulgação de informação através de resenhas de imprensa, destacam-se as seguintes actividades realizadas:

- Reunião Nacional da OE com Colegas das ARS; ERA; ECR, CNO, MCSP e UMRNCCI;
- Reuniões Ordinárias do GAIRNCCI e EPEL;
- Reunião com a Inspeção Geral de Finanças sobre a Implementação da RNCCI;
- Colaboração na actualização do "RNCCI - Referencial do Enfermeiro" realizada pelo CE;
- Finalização da elaboração dos formulários para colheita de informação nas visitas de acompanhamento às Unidades de Internamento da RNCCI;



- Elaboração dos formulários para colheita de informação aquando das visitas de acompanhamento do Exercício Profissional em Lares – fase de conclusão;
- “RNCCI - Referencial do Enfermeiro” - entrega formal do documento ao MS, UMCCI e outras instituições oficiais, dos sectores público, privado e social e sua divulgação junto dos membros da OE;
- Análise e elaboração da proposta de parecer sobre o “Guia de Recomendações para o cálculo de enfermeiros no SNS: Indicadores e valores de referência” do MS na área dos CCI” com base no “RNCCI - Referencial do Enfermeiro”;
- Início das visitas de acompanhamento às Unidades de Internamento da RNCCI e Lares;
- Realização de espaços de discussão de âmbito regional com Enfermeiros da Rede.
- Continuação do acompanhamento das orientações técnicas da UM e DGS, em particular na área dos cuidados paliativos

1.7. ACOMPANHAMENTO NA ÁREA DA URGÊNCIA / EMERGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR

Nesta área, a proposta, entretanto assumida pelo INEM, de criação de uma nova carreira de técnico de emergência pré-hospitalar, continuou a influenciar fortemente a nossa intervenção, que foi uma vez mais determinante para condicionar o processo.

Assim e no quadro anterior às eleições legislativas o Ministério da Saúde, pela própria Ministra, condicionou o surgimento de uma nova carreira nesta área de actuação, à elaboração de um plano estratégico para a emergência pré-hospitalar, para o qual a Ordem dos Enfermeiros contribuiria, sendo este o ponto actual desta matéria.

Continuou entretanto por concretizar, em pleno, a requalificação da Rede dos Serviços de Urgências portuguesa, que mantém inúmeras disfuncionalidades, com importantes implicações não só para a sustentabilidade financeira do SNS, mas sobretudo para a segurança dos cuidados de saúde.

Neste quadro foram desenvolvidas as seguintes intervenções:

- Intervenção pública, junto da comunicação social, sobre a proposta de criação da Carreira dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar;
- Reuniões com grupos parlamentares e Comissão Parlamentar do Trabalho e membros do governo, sob a proposta de criação da Carreira dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar;
- Dinamização de criação de grupos regionais de acompanhamento da área da Urgência e Emergência no norte e centro (Fevereiro 2009);
- Reunião com Direcção do INEM (Março 2009);
- Jornadas de Emergência em Viseu (28/3/09). Intervenção sobre o papel dos Enfermeiros na Emergência Pré Hospitalar; - Reunião com a Autoridade Nacional de Protecção Civil (Março de 2009), sobre a possibilidade de realização de protocolo para criação de uma Bolsa de Enfermeiros para Actuação em Catástrofe;
- Reunião com Coordenadores de VMER e SIV, promovida pela APEEPH (15/04/2009), em Coimbra;
- Reunião com grupos de acompanhamento regionais da Urgência e Emergência (Norte, Centro e Sul) em Coimbra (2/6/09), onde foi perspectivado desenvolvimento de trabalho nesta área de intervenção;
- Participação em vários debates e jornadas e conferências

1.8. ACOMPANHAMENTO NA ÁREA DA SAÚDE MENTAL

Foram realizadas 2 Reuniões com a Coordenação Nacional do Plano Nacional de Saúde Mental no sentido de colocar as questões relacionadas com a implementação do Plano e a participação dos Enfermeiros. Foi emitido o Parecer nº 212 / 2009 do Conselho de Enfermagem - Documento de consenso para a Estrutura e Funções das Equipas de Saúde Mental e Psiquiátrica.

A CEESMP concretizou um Ciclo de Cinema, em Colaboração com a CML, com personalidades de várias disciplinas nos debates que se lhe seguiram e elevada participação de um público diversificado de Técnicos de



Saúde Mental e outros, incluindo pessoas sem-abrigo. O último filme e debate que encerrou o ciclo contou com lotação esgotada no Cinema S. Jorge.

1.9. ACOMPANHAMENTO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Nesta vertente regista-se aqui apenas o que decorre da decisão de âmbito nacional e não recai nas restantes áreas de acompanhamento, entendendo a intervenção nacional como complementar à actividade e intervenção desenvolvida pelas Secções Regionais no âmbito das suas competências.

- Foi criado o Grupo de Estudo das Condições do Exercício Profissional de Enfermagem em Estabelecimentos Prisionais (GECEPEEP), cujo principal objectivo é perceber as condições em que os enfermeiros trabalham nos estabelecimentos prisionais (EP), conseguindo um diagnóstico de situação que permita ao Conselho Directivo (CD) da Ordem dos Enfermeiros (OE) intervir, se necessário, junto das entidades competentes, para garantir cuidados de enfermagem de qualidade e em segurança.
- Durante o ano 2009 realizaram-se as seguintes actividades:
- Reunião com o Subdirector da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais;
- Visitas a 19 estabelecimentos prisionais. Todas as visitas foram realizadas por dois elementos do GECEPEEP em articulação com as Secções Regionais respectivas;
- Realização de diligências junto dos directores dos estabelecimentos prisionais, em conjunto com os conselhos directivos regionais, no sentido de reforçar as dotações de enfermeiros nos contextos onde os mesmos estavam distantes dos mínimos necessários para cuidados de enfermagem de qualidade e em segurança.

1.10. INTERVENÇÃO JUNTO DOS JOVENS ENFERMEIROS

Neste domínio para além da prevista consolidação da implementação do grupo, não foi ainda conseguida a concretização do seu alargamento em rede tal como desejado.

Foi concluído e divulgado o estudo para identificação das preocupações e necessidades dos estudantes e jovens enfermeiros, através do levantamento de dados (conclusão do estudo sobre situação laboral dos enfermeiros formados após 2006) e o estudo sobre a sua empregabilidade

Reforço das competências próprias da actividade profissional dos enfermeiros

A Ordem dos enfermeiros, reconhecendo quanto a Saúde é hoje um vasto campo de intervenção, no qual surgem crescentes sinais de desregulação, continuou a ter ao longo do ano uma atitude de acompanhamento e intervenção junto do poder político, das outras ordens profissionais, a nível nacional e internacional e até junto da população, através de diversas intervenções públicas.

Dessa intervenção, respondendo às actividades planeadas e sempre pautada pela clarificação e consolidação da dimensão de complementaridade das diferentes profissões de saúde, destaca-se a intervenção nas áreas formação e de empregabilidade de técnicos que venham a emergir no campo da saúde e cuja actuação possa configurar colisão com as competências próprias dos enfermeiros.

Neste âmbito é ainda de salientar a participação na construção do referencial de desempenho e referencial de formação dos Auxiliares de Saúde.

Foi emitido o Parecer nº 109 / 2009 do Conselho de Enfermagem – relativo à Educação sexual nas escolas.

1.11. ESTUDO DAS NECESSIDADES EM CUIDADOS

Numa perspectiva do reforço da integração deste estudo com outros projectos da OE e do seu enquadramento político e profissional, no âmbito das atribuições e finalidades da OE, foi:

- Realizada a apreciação do relatório produzido no âmbito da 1ª fase do estudo;
 - Iniciada a discussão das finalidades e estratégia para a conclusão desta 1ª fase e para continuação do estudo.
- Não foi ainda possível proceder à divulgação dos materiais já produzidos com o necessário enquadramento político e profissional preparado pelo CD e CE.



2- IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL (MDP) APROVADO EM AG

2.1. OPERACIONALIZAR O MODELO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.1.1. Regulamentação do Modelo de Desenvolvimento Profissional

No ano de 2009, o domínio agora em apreciação, corresponde um vasto conjunto de actividades, de que aqui se elencam os seus grandes grupos. Correspondo a competências do Conselho de Enfermagem, tiveram neste conselho intérprete principal, contudo, o seu carácter fortemente estruturante, para a profissão e portanto para a actividade da Ordem, determinou o envolvimento de todos os outros órgãos, em reuniões de trabalho, na emissão de pareceres e apreciações, e nas muitas actividades realizadas com enfermeiros e outros agentes a nível nacional, regional e local.

- Preparação e divulgação, em diversas reuniões de âmbito nacional, regional e local, de dossiê relativo aos seguintes temas: Modelo de Supervisão Clínica; Idoneidade Formativa e Estrutura de Apoio ao novo Modelo de Desenvolvimento Profissional;
- Encontros com Enfermeiros das áreas da gestão e do ensino;
- Realização de estudos sobre os Enfermeiros Especialistas, sua distribuição por especialidade e região (2649 respondentes);
- Preparação e lançamento de painel Delphi online relativo ao perfil de competências do Enfermeiro Especialista;
- Realização da 1ª ronda desse Painel;
- Elaboração de Caderno temático sobre MDP – Sistema de Certificação de Competências: fundamentos, processos e instrumentos;
- Elaboração do Caderno temático sobre MDP – Sistema de Individualização das Especialidades. Matriz de validação e de reconhecimento. Perfis de competências dos enfermeiros especialistas.

3- PROMOVER A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS CUIDADOS

3.1. PADRÕES DE QUALIDADE

Esta é uma área fundamental para a consecução das atribuições da OE no que concerne à defesa da garantia da qualidade dos cuidados a prestar aos cidadãos.

No ano 2009, decorreu a análise diagnóstica da implementação do projecto de modo fundamentar-se a proposta de passagem deste a programa, com estudo dos recursos necessários para o seu desenvolvimento.

Foram alargados protocolos à ARSLVT, e ACES Alentejo I e II.

Realizaram-se visitas institucionais que permitiram obter a recolha de dados com uma resposta de 75% às questões abordadas.

Realizou-se o acompanhamento dos enfermeiros responsáveis nas regiões nomeadamente no que respeita à implementação dos programas de melhoria contínua da qualidade

Neste quadro realça-se:

- A informação acerca das diferentes fases do projecto e da passagem a programa, dirigida às instituições aderentes, respectivos dinamizadores e extensível a todos os enfermeiros;
- Diagnóstico inicial da situação particular de cada instituição através da identificação em conjunto com os responsáveis pelo projecto em cada organização das potencialidades, limitações e necessidades de assessoria para o desenvolvimento e sucesso do programa, dentro do âmbito de intervenção da OE.

3.2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM

Foram realizadas as seguintes actividades:



- Continuação da intervenção política junto do MS e Secretário de Estado da Saúde;
- Participação nas diferentes etapas, actividades e grupos de trabalho conducentes ao programa "Registo de Saúde Electrónico (RSE)";
- Estabelecimento de contactos com a ACSS visando o Mapeamento da CIPE®, versão I / SCD/E; a Certificação de Aplicações Informáticas de suporte aos sistemas de informação de Enfermagem; a elaboração do caderno de encargos para a evolução do SAPE / SAM e para a partilha de dados do RMDE;
- Elaboração de protocolo com a Escola Superior de Enfermagem do Porto para a formação de Enfermeiros a incluir numa Bolsa de Consultores para o desenvolvimento dos SIE;
- Continuação das actividades inerentes à consolidação do Processo e do Procedimento Administrativo para a Certificação de Aplicações Informáticas de Suporte aos Registos Electrónicos de Enfermagem;
- Tradução dos novos termos constantes da CIPE®, versão 1.1. e preparação da sua disponibilização no Browser do ICN;
- Publicação do Catálogo da CIPE® "Estabelecer parcerias com indivíduos e as famílias para promover a adesão ao tratamento";
- Tradução e publicação da brochura do ICN "Linhas de orientação para a elaboração de catálogos CIPE";
- Tradução e preparação para a edição do Catálogo da CIPE® "Cuidados Paliativos para uma morte digna";
- Continuação do trabalho com o ICN visando a publicação conjunta das "Normas dos Sistemas de Informação de Enfermagem e do Resumo Mínimo de Dados de Enfermagem";
- Intervenção proactiva e acompanhamento dos Sistemas de Informação de Saúde / Enfermagem;
- Implementação da matriz para a recolha de informação, tratamento dos dados e elaboração do relatório preliminar do Grupo de Acompanhamento dos SIE (GASIE);
- Informação e sensibilização dos Enfermeiros / Organizações de Saúde / Empresas para a Certificação das Aplicações Informáticas de Suporte aos SIE;
- Participação em reuniões e eventos organizados por entidades públicas, privadas ou de natureza profissional relacionados com os SIS/SIE, para clarificação da posição da OE;

Quanto à Certificação de Software de suporte CIPE e ao Processo de Certificação de Software de suporte ao SIE – CIPE: Acompanhar abertura do Processo de Candidaturas – dependente das negociações entre a OE e a ACSS.

3.3. ACTIVIDADES DE APOIO À GESTÃO

De referir que como se confirma nas actividades apresentadas nas várias áreas houve particular atenção aos enfermeiros com responsabilidade na área da gestão.

O Conselho Jurisdicional realizou 4 reuniões formativas com enfermeiros gestores – na Secção Regional das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira no sentido de identificar problemas específicos da área de actuação da gestão de enfermagem, relacionados com a aplicação da deontologia profissional e analisar algumas áreas problemáticas da gestão de enfermagem, relacionadas com esta vertente do exercício profissional.

Nas restantes regiões, esta actividade passou para o ano de 2010, por dificuldades de agenda.

3.4. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES CIENTÍFICAS E PROFISSIONAIS ENTRE ENFERMEIROS DOS DIFERENTES DOMÍNIOS DA ENFERMAGEM, A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL

No global, a muito elevada solicitação de representações requereu uma escolha criteriosa, por questões de tempo e de oportunidade dos assuntos que nos foram sendo solicitados.

Assim membros de diferentes órgãos estiveram presentes num elevado número de actividades a nível nacional e loco-regional.

Foi realizada pelo Conselho de Enfermagem:



- II Conferência de Regulação em torno da temática “Estruturantes da Qualidade” que possibilitou a apresentação do desenvolvimento das várias áreas de trabalho do CE, mas também de uma visão mais ampla trazida pelas representantes do ICN e da Associação dos Enfermeiros do Canadá.
- II Encontro Benchmarking Saúde Infantil e Pediátrica - 16 e 17 de Outubro de 2009 em Coimbra.
- Foram designados representantes para os seguintes grupos e programas:
- Programa Nacional de Controlo da Dor – Dor Aguda pós-operatória;
- Grupo de trabalho Unidade de Apoio ao Centro de Atendimento do SNS – UA CASNS;
- Técnicas Invasivas de Cirurgia “Lipoaspiração”;
- Grupo de Trabalho sobre Doente Crítico;
- Grupo de Trabalho sobre Doente Crítico, ÁREA DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA;
- Comissão de Verificação Técnica dos Centros de Hemodiálise;
- Cirurgias Seguras Salvam Vidas, DGS;
- Grupo de EESMO e EESMP “Pelo Direito ao parto normal – uma visão partilhada” – 2ª Edição do Programa Liderança para a Mudança;
- Grupo de Trabalho para o Planeamento de intervenção da Ordem dos Enfermeiros na área da gestão;
- Projecto Leonardo da Vinci 3.

3.5. DESENVOLVIMENTO DA REFLEXÃO ÉTICO-DEONTOLÓGICA

As actividades no âmbito do desenvolvimento da reflexão ética e deontológica, como previsto no Plano de Acção global da Ordem, foram de diversa natureza, como analisaremos de seguida.

3.5.1. Formação interna

O desenvolvimento da reflexão ética e deontológica de Enfermagem, constitui uma área de intervenção do CJ, cujas actividades visam o necessário suporte à concretização das diversas competências do órgão.

Como planeado foi realizada uma acção de formação interna – Encontro de Formação do CJ - para os membros do Conselho Jurisdicional e dos Conselhos Jurisdicionais Regionais (CJR's), durante um dia e meio, cuja avaliação global foi muito positiva e resultou na identificação da necessidade de formação na área dos processos.

Para além dessa actividade, teve lugar, na Secção Regional da Região Autónoma dos Açores, uma formação dirigida aos colaboradores da Ordem em matéria de “Informação em Enfermagem e Sigilo Profissional”.

3.5.2. X Seminário de Ética

Neste ano de 2009 realizamos em 26 de Setembro no Porto, o X Seminário de Ética com o objectivo de aprofundar a reflexão ética em Enfermagem. O Seminário teve como lema: “Segurança da Informação”.

A avaliação realizada pelos participantes permitiu retirar as seguintes conclusões, decorrentes dos “Resultados da Avaliação Global” que se transcrevem: «Em termos de avaliação global pode considerar-se que esta é muito positiva para todos os seis itens avaliados: Metodologia Utilizada, Conferencistas/Intervenientes, Meios Audiovisuais Utilizados, Secretariado, Espaço Físico e Apoios, com uma apreciação de Adequados para os 79% a 93% dos inquiridos. Os resultados apurados com a Ficha de Avaliação constituem uma amostra representativa, de 28% dos participantes no X Seminário de Ética.»

3.5.3. 4.º e 5.º Ciclos de Debates

Na sequência do Plano de Actividades para 2008, foram realizadas duas sessões de debate de casos práticos no início de 2009, Secção Regional do Norte e na Secção Regional da Região Autónoma da Madeira.

No respeitante ao Plano de Actividades para 2009, foi realizado o 5º Ciclo de Debates, com o objectivo de analisar situações concretas da prática profissional de Enfermagem. O tema para o conjunto de debates deste ano de 2009 foi a “Segurança da Informação”.

Como planeado, realizaram-se debates em todas as secções regionais: Região Autónoma dos Açores (Ponta Delgada; Angra Heroísmo e Horta), Região Autónoma da Madeira, Norte, Sul e Centro.



3.5.4. Participações em actividades formativas para enfermeiros

Respondendo a solicitações de diversas entidades, o CJ participou num vasto conjunto de actividades formativas destinadas a enfermeiros, no domínio da Ética e Deontologia profissionais.

Essas acções tiveram como temas centrais:

- Responsabilidade Profissional dos Enfermeiros;
- Segurança da Informação em Saúde;
- Informação em Enfermagem;
- Gestão e Responsabilidade Profissional: direitos e deveres dos enfermeiros.

3.5.5. Acompanhamento do ensino da ética e deontologia e dos enfermeiros das CES

Realizou-se uma reunião com professores de ética e de deontologia e membros de Comissão de Ética em Saúde da Madeira, para discussão sobre o tema das actividades do CJ deste ano: "Segurança da Informação".

Nas restantes regiões, esta actividade passou para o ano de 2010, por dificuldades de agenda.

B. FORTALECER A INTERVENÇÃO QUALIFICADA NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO

1- TER UMA PARTICIPAÇÃO PRÓ-ACTIVA NO REDESENHO DAS RESPOSTAS ORGANIZADAS ÀS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM

1.1. ACTIVIDADES DE APOIO A FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

- ❖ Acompanhamento do desenvolvimento das formas de educação em enfermagem:
 - Realização de Inventário das prioridades de formação nos diferentes domínios da enfermagem. (Nota: O documento relativo ao inventário das necessidades de formação estará disponibilizado aos membros em Fevereiro de 2010);
 - Análise dos dados relativos ao ingresso no ensino superior;
 - Análise dos dados sobre empregabilidade dos diplomados em enfermagem.
- ❖ Participação no "Joint education Forum' 2nd International Conference and exhibition beyond the borders: innovations for international excellence in nursing education – 11 a 13 Junho – Glasgow, onde foram apresentadas as seguintes comunicações: "Bologna Process: Nursing implications and educational adjustments a Portuguese view" e "Strategic Plan for Nursing Education in Portugal 2008/2012";
- ❖ Realização do II Workshop de Investigação em Enfermagem;
- ❖ Elaboração de proposta das áreas prioritárias para a investigação científica em enfermagem. (Nota: o dossier relativo a áreas prioritárias de Investigação estará disponibilizado no site em Fevereiro 2010);
- ❖ No que concerne às Páginas das Bases de Dados destaca-se:
 - Actualização semanal e melhoria da apresentação dessas páginas e a verificação e manutenção dos acessos;
 - Realização de e-mail mensal com algumas informações;
 - Divulgação de Listas de recursos gratuita com introdução de novas plataformas e recursos – Bibliotecas Virtuais de Saúde – várias temáticas, com destaque para a Biblioteca de Enfermagem;
- ❖ Relativamente às Bases de Dados (BD) com os Resumos de Trabalhos de Investigação dos Membros: Mestrados, Doutoramentos e Provas Públicas;
- ❖ Dinamização da participação dos autores enviando os resumos dos seus trabalhos e a sua consequente introdução na Base de Dados dos Trabalhos de Investigação de acordo com novo formulário e circuito;
- ❖ Criação de nova Página do CRCE – Investigação: Bolsas e Prémios - para anúncio de ofertas de prémios, emprego científico em Enfermagem;
- ❖ Acompanhamento do ensino superior no âmbito da saúde e da enfermagem;
- ❖ Acompanhamento das actividades da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior – AAAES e participação no Conselho Consultivo através da nomeação para o efeito da Vice-Presidente do CD;



- ❖ Manteve-se a disponibilização de base de dados de produção e investigação científica, contextos integrais, no CRCE online e na área reservada. Verificou-se, conforme quadro que se segue, um efectivo aumento da sua utilização pelos membros:

ACESSOS DOS MEMBROS ÀS BASES DE DADOS EBSCOHOST - ANÁLISE COMPARATIVA DOS ANOS 2007 E 2008												
Mês	SESSÕES			PESQUISAS			RECURSO A TEXTO INTEGRAL			RESUMOS		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Janeiro	0	1269	1465	0	27447	71493	0	2996	3479	0	2177	4580
Fevereiro	0	1171	1394	0	32764	65862	0	2898	3417	0	3239	3125
Março	352	1022	2256	8397	33417	67564	7 97	3505	4470	515	3497	7254
Abril	764	1025	2535	14690	31557	86926	20 59	3247	5018	1739	3111	8884
Maio	625	1047	2169	12907	38266	92404	19 99	4066	4466	1288	2851	10529
Junho	986	1352	1846	18674	46489	62098	25 34	4518	3749	2175	4333	9467
Julho	573	930	833	16187	40666	31298	14 62	2674	1807	1101	3700	3852
Agosto	396	474	431	12362	21338	18994	13 03	1397	1487	689	1553	1668
Setembro	428	739	547	11009	29269	29351	11 23	1834	1848	692	2292	1668
Outubro	713	1188	1404	18642	55939	78189	20 04	3346	3371	1518	3557	4006
Novembro	767	1725	2062	25574	71823	135889	29 01	4269	4787	1902	5198	6360
Dezembro	636	1404	1941	14306	68302	83166	16 53	4379	4170	1341	6191	7486
Totais:	6.240	13.346	18.883	152.748	497.277	823.234	17.835	39.129	42.069	12.960	41.699	68.879

C. REFORÇAR A VISIBILIDADE EXTERNA E CONSOLIDAÇÃO NO TECIDO SOCIAL

- 1- CONTINUAR A REFORÇAR O DIREITO DOS CIDADÃOS AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM E PUGNAR PELO RECONHECIMENTO DO SEU VALOR SOCIAL

1.1. ACTIVIDADE EDITORIAL

1.1.1. Revista da Ordem dos Enfermeiros

Em 2009, a OE publicou duas edições da Revista:

- ❖ A ROE 31 - Dezembro de 2008 - Edição especial dedicada ao IX Seminário de Ética que foi publicada Fevereiro de 2009.
- ❖ A ROE 32 - Abril de 2009 - Edição genérica dedicada ao Modelo de Desenvolvimento Profissional que incluiu uma entrevista com a Enf.^a Lucília Nunes, um resumo sobre a I Conferência de Regulação, a criação do Grupo de Apoio Técnico para os Cuidados de Saúde Primários, e um resumo sobre a 1ª Edição do Programa Liderança para a Mudança, entre outros aspectos.

A ROE 33 - Dezembro de 2009 - Edição genérica que ainda está em preparação e será publicada em Fevereiro de 2010.



1.1.2. Outras publicações

- ❖ ExpressOE - Abril – No sentido de assegurar informação específica e atempada aos membros sobre a aprovação em Conselho de Ministros da alteração estatutária e as comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro, o Conselho Directivo da OE decidiu sobre a produção de um número do ExpressOE em 2009;
- ❖ Publicação dos Cadernos OE - Série I - Número 2 - Guia de Boa Prática de Cuidados de Enfermagem à Pessoa com Traumatismo Vértebro-Medular (366 páginas, 2.000 exemplares),
- ❖ Publicação dos Cadernos OE - Série II - Número 1 - Estabelecer parcerias com os indivíduos e as famílias para promover a adesão ao tratamento - Catálogo da Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®) (2.000 exemplares),
- ❖ Edição e revisão do Catálogo «CIPE® - Linhas de Orientação Para Elaboração de Catálogos» que foi disponibilizado no site em Agosto de 2009,
- ❖ Edição e actualização da versão portuguesa do relatório Girl Child, bem como edição de vários documentos oficiais da OE, para o Congresso Quadrienal do ICN realizado em Durban.

1.2. SITE

Ao longo de 2009 o GCI colaborou com a entidade que está a desenvolver uma nova plataforma de comunicação interna e externa da OE e, nesse âmbito, a construir um novo site.

Não obstante algumas deficiências e limitações, o site da Ordem dos Enfermeiros continua a ser um dos veículos de informação a privilegiar. Neste âmbito destaca-se a divulgação de:

- Tomadas de posição e outros documentos oficiais da Ordem
- Notícias sobre Enfermagem nacional e internacional, com especial destaque para as actividades promovidas pelo CD da OE
- Eventos ou iniciativas promovidas pela OE.
- Eventos promovidos por outras instituições
- Informações produzidas por entidades externas que tenham interesse para os enfermeiros e público em geral também têm estado presentes no site.

Considerando os dados fornecidos pela «ferramenta» estatística utilizada pela Accedo, ao longo de 2009 foram contabilizadas 72.245 consultas ao site da OE, o que corresponde a 3.966.055 hits.

Relativamente a 2008, o valor das visitas ao site aumentou em cerca de 10.500 consultas.

1.3. ASSESSORIA DE IMPRENSA

Ao longo de 2009, diversas foram as ocasiões em que foi promovido, pelo GCI, um relacionamento mais directo com a Comunicação Social e a divulgação das actividades da OE, bem como as suas posições sobre a enfermagem e a saúde.

Tal facto permitiu a intervenção em directo nos canais televisivos, assim como nas rádios e jornais, da Bastonária e de vários membros dos restantes Órgãos da Ordem dos Enfermeiros.

Neste âmbito o GCI garantiu:

- ❖ Apoio e acompanhamento presencial em várias entrevistas realizadas na sede e fora dela à Bastonária e a membros do CD. Apoio a outros membros do Conselho Directivo, órgãos e mesmo de alguns membros da OE que nos são solicitados pela comunicação social;
- ❖ Produção e / ou edição de discursos;
- ❖ Produção e /ou edição de respostas a solicitações dos órgãos de Comunicação Social;
- ❖ Elaboração de Direitos de Resposta e de pedidos de rectificação relativamente a notícias divulgadas, sobretudo, pela imprensa escrita;



- ❖ Presença em alguns eventos organizados pela OE para divulgação no site e / ou ROE;
- ❖ Resposta às solicitações dos órgãos de comunicação (imprensa escrita, rádio e televisão) fazendo o seu acompanhamento, tanto no sentido de colocar os jornalistas em contacto com os interlocutores, como na procura de informação para ajudar a fundamentar as declarações dos interlocutores da OE. Por diversas vezes também foi fornecida informação / documentação complementar aos jornalistas com elaboração de dossiês de imprensa para as iniciativas que envolvem contacto com jornalistas.

Foram enviadas 61 resenhas de imprensa.

De acordo com os dados fornecidos pela Cision e que foram sendo recolhidos aquando da elaboração das resenhas de imprensa, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009 verificámos o seguinte volume de informação a relativo à Ordem e à profissão de enfermagem:

ÂMBITO DO ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL *	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	TOTAL
Nacionais	118	201	319
Regionais	208	198	406
Online	229	331	560
Total	555*	730	1.285

*Por limitações do serviço proporcionado pela Cision (que é comum a outras empresas de clipping), o GCI não tem acesso às notícias emitidas por rádios regionais (a não ser em casos excepcionais e a notícias divulgadas em sites radiofónicos). Da mesma forma, os jornais nacionais temáticos ou especializados (exemplo: Médico de Família, Tempo Medicina, Notícias Médicas, etc.)

Do total de notícias publicadas em Órgãos Nacionais:

TIPOLOGIA DE NOTÍCIAS		ÓRGÃOS NACIONAIS	ÓRGÃOS REGIONAIS	SUPORTE ONLINE	TOTAL
1º SEMESTRE	Televisão	20	8	14	42
	Rádio	19	0	15	34
	Imprensa Escrita	79	200	0	279
	Generalistas (incluindo rádios jornais e revistas)	0	0	200	200
	SUB-TOTAL	118	208	229	555
2º SEMESTRE	Televisão	57	10	24	91
	Rádio	31	0	33	64
	Imprensa Escrita	113	188	0	301
	Generalistas (incluindo rádios jornais e revistas)	0	0	274	274
	SUB-TOTAL	201	198	331	730
TOTAL 2009		319	406	560	1285

Os temas a que a comunicação social deu mais destaque foram:



❖ No 1º Semestre:

- Estudo sobre operações STOP de 2008 realizadas pela CEESIP e divulgadas no DIE de 2009 como exemplo de prática de Enfermagem inovadora;
- Conferência conjunta OE / sindicatos;
- Actividades nacionais e regionais do DIE, Dia Mundial da Criança e Dia Mundial da Saúde / entrega de prémio à Sr.ª Bastonária Mariana Diniz de Sousa;
- Projectos apresentados por enfermeiros que frequentam o 2º Curso do LPM;
- Carreira / estatuto da OE e greve de enfermeiros;
- Participação da Sr.ª Bastonária no Congresso dos 30 anos do SNS, em Março - Coimbra;
- Falta de enfermeiros, Enfermagem de Família, objecção de consciência e o primeiro Debate Parlamentar sobre a Saúde;
- Semanas da Bastonária e Semanas distritais das Secções Regionais, entre outros temas.

❖ No 2º Semestre:

- Gripe A: desde a necessidade de vacinação, à vacinação da Sr.ª Bastonária, passando pelas dificuldades de funcionamento da Linha Saúde 24 e à recusa de vacinação enfermeiros da Linha Saúde 24, entre outros aspectos;
- Discussão na Assembleia da República (com envolvimento das ESE), aprovação e publicação em Diário da República da alteração estatutária da OE;
- Enfermeiros de saída do INEM de Coimbra e as questões relacionadas com os TAE;
- Vacinação em Farmácias, nomeadamente sobre a acção interposta em tribunal pela OE;
- Estudo sobre Empregabilidade formulado pela Rede de Jovens Enfermeiros da OE e que foi divulgado no âmbito das Cerimónias de Vinculação das SR do Centro e Sul;
- Exercício ilegal em lares;
- Recondução da Dr.ª Ana Jorge como Ministra da Saúde;
- Enfermeiro de Família;
- Semanas da Bastonária e Semanas distritais das Secções Regionais, Semana e Dia da Amentação.

É de salientar que na imprensa regional, a maioria dos registos dizem respeito a actividades das cinco Secções Regionais, bem como a entrevistas e artigos de opinião de órgãos e membros da OE.

Se considerarmos que de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009 contabilizamos 365 dias, repartindo o total de notícias detectadas neste período obtemos uma média de 3,52 notícias por dia (incluindo, assim, fins-de-semana e feriados).

Comparativamente com anos anteriores, podemos verificar o seguinte:

ANOS	Nº TOTAL DE NOTÍCIAS	MÉDIA DIÁRIA	VARIAÇÃO RELATIVAMENTE A ANO ANTERIOR
2009	1.285	3,52	+ 18,8 %
2008 (ano bissexto)	1.081	2,95	+ 83,5 %
2007	589	1,61	+ 36,6 %
2006*	431	1,18	-

* Dada a inexistência de dados, o GCI não consegue apurar números de anos anteriores a 2006.

A presença da OE na comunicação social tem vindo a consolidar-se progressivamente, tendo por base as intervenções que surgem por iniciativa da OE, mas também o facto de os órgãos de comunicação social terem cada vez mais patente que podem ter acesso a opiniões de responsáveis da OE e de outros



enfermeiros com alguma facilidade e com contributos fiáveis. Há uma crescente percepção da importância da opinião da profissão sobre os temas em foco no domínio da saúde.

1.4. OUTRAS ACTIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

- ❖ Cerimónias de Vinculação - Assessoria de imprensa e coordenação de informação com as cinco Secções Regionais e com rede de Jovens Enfermeiros da OE;
- ❖ Elaboração e / ou edição e / ou revisão das publicações relativas ao Congresso Quadrienal do ICN (Brochura Internacional, Catálogo da Exposição, Plano Estratégico da Educação em Enfermagem, Folheto Biblioteca Móvel, Relatório Girl Child);
- ❖ Inserção, acompanhamento e avaliação, durante dois meses, de duas estagiárias da Escola Profissional Bento Jesus Caraça.

1.5. ACTIVIDADES RELACIONADAS COM O ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DO 10º ANIVERSÁRIO

Tal como previsto, a Exposição esteve patente no:

- Hospital Garcia d'Orta, em Almada, entre 23 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009;
- Madeira Shopping, no Funchal, entre 17 e 21 de Janeiro;
- Centro Comercial Parque Atlântico, em Ponta Delgada, Açores, de 14 a 25 de Fevereiro;
- Centro Comercial Dolce Vita, no Porto, entre 7 e 21 de Abril.

Foi feita a divulgação à comunicação social de todas estas iniciativas. No caso dos Açores e do Porto, o GCI coordenou o trabalho de produção de uma maquete de cartaz alusivo à actividade.

O GCI iniciou ainda a coordenação da itinerância da Exposição após o encerramento das comemorações.

1.6. BANCO DE IMAGENS

Foram desenvolvidos esforços para compilar e organizar o acervo fotográfico, nomeadamente de fotografias realizadas pelo GCI ou e por alguns colegas da sede e das SR em actividades organizadas pela OE ou onde órgãos da OE têm participado.

1.7. RESENHAS DE IMPRENSA DIÁRIAS

Manteve-se a disponibilização no Site, nos dias úteis, da resenha de imprensa formulada a partir do serviço contratado à Cision e divulgadas através do site e de e-mail. Organizou-se o arquivo de todas as notícias em que a OE foi mencionada com indicação do tema tratado, nome do jornal e data de publicação.

1.8. RELACIONAMENTO COM O PODER POLÍTICO

No quadro das competências do CD e do relacionamento com o poder político como intervenção da OE nas várias matérias que interessam à saúde e à enfermagem foram realizadas, OE foi recebida em audiência num total de 26:

- ❖ Por Membros do Governo
 - Ministra da Saúde - 5;
 - Secretário de Estado da Saúde - 2;
 - Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior -1;
 - Presidência do Conselho de Ministros -1

As matérias objecto das audiências foram essencialmente em relação com a alteração dos Estatutos da OE e com o ministério da Saúde para além desta matéria relacionaram-se com a reforma dos CSP/UCC processos e recursos para a sua concretização; dotações; RNCCI; INEM e Carreira dos TEPPH; SiS/SIE e entrega do dossier documental sobre as Prioridades para a legislatura



- ❖ Pela Assembleia da República
 - Comissão Parlamentar da Saúde – 1;
 - Comissão parlamentar do Trabalho, Segurança Social e Administração Pública – 2;
 - Todos os Grupos Parlamentares: PS - 2; PSD – 2; CDS – 2; PCP – 4; BE- 2; Verdes – 2.

As matérias objecto das audiências foram respectivamente a alteração do Estatuto e a Carreira dos TEPH assim como a apresentação do dossier documental sobre as políticas de saúde para a legislatura

1.9. RELAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS

A OE realizou uma Reunião com os sindicatos e outra com todas as organizações profissionais. Participou em 6 Reuniões do Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

1.10. PROXIMIDADE COM OS ENFERMEIROS E OS CIDADÃOS

1.10.1. Semanas da Bastonária

Realizaram-se as designadas “Semanas da Bastonária” nos Distritos de Viseu (Setembro 2009), Bragança (Outubro 2009), Setúbal e Évora (Novembro 2009). Acções organizadas pelas respectivas Secções Regionais permitiram, no seu conjunto, a proximidade com os colegas das várias instituições, a abordagem dos seus projectos e preocupações, a promoção de debates alargados e o desenvolvimento de contactos com entidades responsáveis pela saúde, os cidadãos e representantes do poder local na respectiva área geográfica.

1.10.2. Comemorações e Outros Eventos

As efemérides mais significativas foram alvo de notas à imprensa alertando a Comunicação Social para as datas, os temas em debate e as iniciativas promovidas pela OE todas assinaladas com telas na sede. No final de cada uma dessas efemérides foi feito uma resenha de imprensa com a reportagem / balanço da iniciativa.

Em 2009, foram assinaladas, com maior destaque as seguintes efemérides:

- ❖ 12 de Maio – **Dia Internacional do Enfermeiro**
Actividades relacionadas com a Comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro sobre o Tema: “Servir a comunidade e garantir qualidade: os enfermeiros na vanguarda da inovação nos cuidados”
 - Edição e revisão do Kit DIE 2009, bem como a elaboração e difusão do cartaz respectivo.
 - Assessoria de Imprensa inerente à divulgação, pela Lusa, dos resultados do estudo CEESIP sobre segurança rodoviária infantil (Operações STOP) e consequentes solicitações da Comunicação Social.
 - Execução de todo o processo de auscultação do mercado e acompanhamento da produção de um spot de TV e de Rádio sobre o DIE - que foi transmitido na RTP 1, RTP 2, SIC, TVI, Rádio Clube e TSF.
- ❖ 1 de Junho - **Dia Internacional da Criança**
Esta foi uma das efemérides escolhidas pelo Conselho de Enfermagem e aprovada pelo CD para ser alvo de comemorações especiais. Foram feitos e difundidos cartazes sobre um workshop para enfermeiros e trípticos destinados ao público em geral. Ambas as actividades vincavam a importância de estabelecer parcerias entre os enfermeiros e as famílias no tratamento a crianças. O GCI esteve presente nas actividades do Estoril, a 31 de Maio, e do Hospital de D. Estefânia, a 1 de Junho - para divulgação no site e à comunicação social;
- ❖ 1 de Agosto - **Dia Mundial do Aleitamento Materno** (de 5 a 12 de Outubro)
Semana Europeia do Aleitamento Materno (semana móvel). Foram elaborados os seguintes materiais: cartazes, t-shirts, mochilas, telas, imagem para os pacotes de açúcar da DELTA e postais electrónicos. O GCI divulgou a actividade e esteve presente numa das sessões comemorativas da Semana, na Escola de Montes Claros, em Coimbra - para divulgação no site e à comunicação social;
- ❖ 10 de Outubro - **Dia Mundial da Saúde Mental**



❖ Texto da Comissão de Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica - editado e colocado no site; Em Novembro a CEESMP organizou um ciclo de cinema que decorreu entre os dias 11 e 15 daquele mês, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa;

❖ 3 de Dezembro - **Dia Internacional das Pessoas com Deficiência**

Foram feitos trípticos enviados a todos os membros, dípticos dirigidos aos utentes via instituições de saúde.

Em seguida enumera-se o conjunto de comemorações assinaladas com edição e colocação no site de texto do Conselho de Enfermagem e das suas Comissões e do CJ:

24 DE MARÇO -	Dia Mundial da Tuberculose
31 DE MARÇO -	Dia Nacional do Doente com Acidente Vascular Cerebral
07 DE ABRIL -	Dia Mundial da Saúde
5 DE MAIO -	Dia Internacional da Parteira
15 DE MAIO -	Dia Internacional da Família
23 DE MAIO -	Dia Nacional de Luta contra a Obesidade
5 DE JUNHO -	Dia Mundial do Ambiente
9 DE JUNHO -	Dia Mundial da Imunização (Vacinação)
12 DE AGOSTO -	Dia Internacional da Juventude
1 DE OUTUBRO -	Dia Internacional da Pessoa Idosa
16 DE OUTUBRO -	Dia Mundial Contra a Dor
17 DE OUTUBRO -	Dia Mundial pela Erradicação da Pobreza
10 DE DEZEMBRO -	Dia Internacional dos Direitos Humanos

1.10.3. Desenvolvimento de parcerias e acções junto dos cidadãos e de organizações que os representam

A Ordem foi convidada a participar num total de 492 eventos, promovidos por outras entidades, nomeadamente na área da saúde, educação e investigação.

Deste total foi dada uma resposta positiva a cerca de 44,1%. Sendo que a diversidade de solicitações se distribui entre comunicações, representação e participação nas Comissões de Honra de diferentes eventos políticos e científicos.

A OE participou ainda no Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), como membro e esteve presente em 6 reuniões.

Participação no evento "Saúde Portugal Expo III - 28 a 31 de Maio - Centro de Congressos do Estoril. Onde se destacaram as seguintes actividades:

- Sessão organizada pela APGH – tendo a Bastonária e o Dr. António Arnaut como prelectores
- Apresentação da Exposição «10 anos com a Ordem dos Enfermeiros» - espaço organizado pela Secção Regional do Sul com a participação do serviços do GCI
- Participação na Feira da Criança promovida no âmbito do Saúde Portugal Expo - Comissão de Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica (CEESIP).

2- MANTER A INTERVENÇÃO DA OE NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

2.1. ACTIVIDADES QUE DECORREM DAS RESPONSABILIDADES ESTATUTÁRIAS

2.1.1. CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS – ICN

- ❖ CNR e 24º Congresso Quadrienal do ICN (Durban – Junho/Julho)



- ❖ No âmbito da organização e coordenação da delegação oficial da OE ao 24º Congresso Quadrienal do ICN (23 pessoas);

Entre outras actividades realizadas destacam-se:

- Brochura de apresentação internacional 2009;
- Catálogo da Exposição em inglês;
- Plano Estratégico do Ensino de Enfermagem em inglês;
- Folheto informativo e promocional da Biblioteca Móvel em inglês;
- Relatório do Projecto Girl Child em inglês;
- Material promocional da OE (t-shirts, pins, molas e bandeiras nacionais).
- Operações necessárias ao envio e recepção deste material em Durban.
- Foi disponibilizada regular e atempadamente informação no site sobre os acontecimentos em Durban.
- Eleição da Bastonária para o Conselho Directivo do ICN.

Todos os membros do ICN assumiram no CNR o compromisso de reflectir/procurar alargar o seu número de membros/representação nacional dos três pilares do ICN.

Foi preparada com o Coordenador do GCI a publicação de um número da ROE dedicada a esta participação.

Ciclo de reuniões

Fórum de Regulação (Lisboa 24, 25 Novembro)

Fórum de Credenciação (Lisboa 26, 27 e 28 Novembro)

Observatório de Regulação (Lisboa 1, 2 e 3 Dezembro)

Este ciclo de reuniões teve o apoio logístico do GRI.

2.1.1.1. Liderança para a Mudança

3º Workshop da 2ª Edição do Programa Liderança Para a Mudança, que decorreu em Fevereiro de 2009, no Porto. Elaboração do LPM em Moçambique inserido no âmbito do projecto Rede de Enfermagem.

Início da preparação do 4º Workshop da 2ª edição e da respectiva cerimónia de encerramento.

Estabelecimento de contacto com a ANEMO (Moçambique) tendo em vista a realização deste programa, naquele país, no âmbito da Rede de Enfermagem. Elaboração de um orçamento provisório para esta actividade.

2.1.1.2. Projecto Girl Child

Entrega do relatório final do projecto, entre representantes do CD, do GRI, da CEESIP e do grupo de investigadoras.

Tradução para inglês, impressão e divulgação em Durban. A versão portuguesa e inglesa estão disponibilizadas no site.

2.1.1.3. CIPE® e Sistemas de Informação de Enfermagem

Tradução dos documentos:

- «Estabelecer Parcerias com os indivíduos e as famílias para promover a adesão ao tratamento»; «Linhas de Orientação Para Elaboração de Catálogos» «CIPE – Cuidados Paliativos para uma Morte Digna» (em conclusão)
- Reunião com Amy Coenen, responsável do ICN pelo desenvolvimento do programa, para resolução de situações pendentes e planeamento de actividade futura.
- Acompanhamento da tradução do browser multilingue para Português.

2.1.2. FEDERAÇÃO EUROPEIA DE ENFERMEIROS – EFN

Participação de uma delegação da OE no âmbito do FNOPE à AG da EFN que decorreu em Bruxelas, em Abril e de Estocolmo, em Outubro.



Apesar de tal não estar previsto no Plano de Actividades, foi organizada a participação de uma comitiva alargada da OE num workshop sobre lobby organizado pela EFN na véspera da AG. Participação na primeira reunião do grupo de peritos de educação que se realizou em Janeiro e integração no grupo de trabalho criado para revisão dos estatutos.

2.1.3. OMS EUROPA - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NACIONAIS DE ENFERMEIRAS E PARTEIRAS - EFNNMA

Participação da OE no âmbito do FNOPE, à reunião anual da EFNNMA, que decorreu em Copenhaga, em Junho. A OE foi convidada a indicar um membro que por cooptação integrará o Steering Committee da EFNNMA até 2010, tendo indicado a Bastonária.

2.1.4. FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS REGULADORES – FEPI

Participação da OE nas seguintes reuniões:

- Working Group on Policy - 20 de Janeiro em Londres
- Working Group on Statutes - 23 de Março, em Madrid.

Por razões de agenda não foi possível ter uma representação da OE na AG da FEPI, nem no Working Group on Policy e no Working Group on Education.

Participação da OE nas:

- Assembleia Geral extraordinária da FEPI, 12 de Fevereiro, em Bruxelas.
- Assembleia Geral FEPI que se realizou nos dias 12 e 13 de Novembro em Roma.

2.1.5. FÓRUM NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENFERMEIROS (FNOPE)

Foram organizadas e acolhidas cinco reuniões do FNOPE

2.1.6. GRUPO EUROPEU DE INVESTIGAÇÃO – WENR

Representação da OE no 2º Simpósio do WENR e reunião anual que decorreu de 8 a 10 de Outubro, na Grécia - Atenas.

3- OUTRAS ACTIVIDADES

3.1. PARLAMENTO EUROPEU

O GRI retomou contactos com os Eurodeputados Portugueses agendando uma reunião em Bruxelas com os líderes dos 5 principais grupos políticos. A OE reuniu no Parlamento Europeu com os Eurodeputados Ilda Figueiredo e João Ferreira (PCP), Nuno Melo (CDS-PP), Vital Moreira (PS), Marisa Matias e o Assessor João Almeida (BE) nos dias 4 e 5 de Novembro. Entrega de dossier informativo sobre a OE e o GRI. E apresentação e memorando sobre as perspectivas e preocupações da OE relativamente aos processos legislativos em curso no âmbito da UE.

Após a realização do curso de lobby realizado pela EFN em Bruxelas, foi realizada uma réplica da formação a membros do CD e CDR, em Coimbra.

3.2. REDE EUROPEIA PARA A SEGURANÇA DOS DOENTES - EUNETPAS

Tomamos conhecimento que diversos hospitais nacionais integram o estudo piloto no âmbito da segurança da medicação

Foram feitas tentativas de agendar nova reunião com o ponto de contacto nacional (Dr.ª Cristina Costa) sem sucesso por falta de datas compatíveis.



3.3. OBSERVATÓRIO EUROPEU DOS SISTEMAS DE SAÚDE – POLICY DIALOGUES

A convite do CNO, a OE participou nos «Policy Dialogue on the Migration of Nurses» Praga, em Fevereiro e «Planeamento da força de trabalho da saúde.» Veneza, em Maio.

3.4. ASSEMBLEIA MUNDIAL DE SAÚDE

Participação da Bastonária na delegação oficial Portuguesa do Ministério da Saúde – Genebra, em Maio.

3.5. EUROPEAN MIDWIFERY REGULATORS SUMMIT

Preparação da OE no European Midwifery Regulators Summit, organizada pelo NMC em Londres, a 22 de Maio e em Bruxelas no dia 20 de Novembro.

3.6. FÓRUM EUROPEU PARA OS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

Concluído o processo de filiação.

3.7. REUNIÃO DA REDE INFORMAL DE CNO DA EUROPA

A convite do CNO a OE participou:

No encontro de CNO, Praga, em Fevereiro.

No Encontro de CDO; CMO; CNO - Estocolmo, em Outubro – dedicado a temas no âmbito da segurança dos cuidados

3.8. HEALTH PROFESSIONAIS CROSSING BORDERS

Acompanhamento e disseminação de informação.

3.9. HPROCARD

Acompanhamento e disseminação de informação

3.10. PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS ACTIVIDADES

- Conferência Europeia «Construir a Coesão Social» que decorreu no dia 27 de Abril na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.
- Lançamento do «Primeiro Manual de Saúde Materna para Mães Imigrantes», no dia 24 de Junho.
- Audição pública sobre a Directiva Medicamentos Falsificados, promovida pela Eurodeputada Marisa Matias a 21 de Novembro em Lisboa.
- Reunião entre os profissionais liberais Alemães e os Portugueses no âmbito do CNOP onde foram realizadas duas comunicações: Apresentação da Ordem dos Enfermeiros e da regulação da profissão de enfermagem em Portugal e Reflexões em torno da evolução do conceito de profissão liberal: desafios da regulação profissional, nomeadamente no domínio da saúde.

A OE durante este ano participou, com o RCN e DBfK, no inquérito a desenvolver sobre as prioridades no domínio da investigação na Europa. Ainda não concluído.

4- DESENVOLVIMENTO DOS COMPROMISSOS COM A CPLP

4.1. BIBLIOTECA MÓVEL

❖ Preparação e envio em Julho:

(4) BM para Moçambique

(4) BM para Cabo Verde

(3) BM para a Guiné-Bissau.



- ❖ Organização da vinda a Portugal de enfermeiros das organizações parceiras da OE no projecto BM - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe – que, entre outras actividades, participaram numa reunião de avaliação sobre o projecto e criação da Rede;
- ❖ Ainda este ano recebemos mais 3 baús do ICN para envio a Timor e São Tomé e Príncipe, está previsto que as BM sigam em 2010;

4.2. DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES NA TUBERCULOSE;

Acompanhamento da actividade da colega Portuguesa que é formadora do ICN nesta área na sua intervenção em Moçambique e Brasil.

4.3. REDE DE ENFERMAGEM DA CPLP

- ❖ Organização da vinda a Portugal de enfermeiros das organizações parceiras da OE no projecto BM - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe – que, entre outras actividades, participaram numa reunião de avaliação sobre o projecto e numa outra preparatória do desenvolvimento da Rede de Enfermagem da CPLP. Reunião paralela à II Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP, organizada pelo ACS. Estiveram presentes representantes das Associações dos PALOP e Timor e a Ordem dos Enfermeiros de Angola.
- ❖ Foi acordado que a OE lançará as bases para a criação e desenvolvimento da Rede de Enfermagem da CPLP. Iniciou-se o processo de recolha de informação sobre a situação actual da profissão de Enfermagem em cada um dos países que irão integrar a Rede de Enfermagem. Todos os países responderam a este questionário estando os dados a serem analisados.

D. MAJORAR A QUALIDADE ORGANIZACIONAL

1- MELHORAR A ORGÂNICA INTERNA DA OE

A melhoria dos processos internos, de modo a garantir uma resposta mais eficaz e eficiente dos diferentes órgãos, a criação de estruturas de suporte às actividades de representação e governação são elementos essenciais à melhoria dos serviços que a Ordem tem de prestar aos seus membros e aos cidadãos.

1.1. PROMOÇÃO DE UM NOVO MODELO ORGANIZACIONAL DA OE

Conclusão do Redesenho do novo modelo organizacional da OE, que resultou no organograma reformulado e gerou o projecto RH+Valor. O objectivo é alcançar um acordo global com os colaboradores da OE que permita o desenvolvimento pessoal e profissional.

Realizou-se acção de formação nos dias 5 e 6 de Novembro, sobre procedimentos de contabilidade e tesouraria, dirigida a membros dos órgãos e colaboradores destas áreas, com o propósito de uniformizar procedimentos e circuitos.

Admissão de dois colaboradores, Secretário-Executivo e Director Administrativo – Financeiro para suporte às actividades de representação e governação e para melhoria dos processos internos relacionados com o Gabinete Administrativo-Financeiro da Ordem dos Enfermeiros.

1.2. FINALIZAR REESTRUTURAÇÃO DA REDE INFORMÁTICA

Do processo iniciado que a seguir se descreve prevê-se a sua conclusão em Abril de 2010 :

- Concluída a 3ª fase com a instalação dos novos servidores na Sede e Secções e criação de um domínio único; criação de infra-estrutura de segurança e migração do servidor de mail do sistema Linux para Exchange com o necessário contrato de licenciamento Microsoft que permite a utilização das ferramentas SharePoint e Exchange, pela totalidade dos membros;



- Iniciou-se a 4ª fase do projecto SharePoint: criação do novo Site; desenvolvimento de uma plataforma colaborativa e de gestão documental, construindo uma intranet da OE;
- Criação da aplicação de registo de correspondência;
- Criação de uma aplicação para digitalização de documentos integrantes do processo de inscrição e atribuição de títulos;
- Criação de uma aplicação de consulta dos processos de inscrição e atribuição de títulos para os órgãos, através da Internet – Site;
- Criação de uma aplicação de consulta dos dados pessoais para os membros, através da Internet – Site;
- Efectuado investimento na compra de equipamentos (Hardware) decorrente das necessidades identificadas para o projecto SharePoint.

II. ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS

1-GESTÃO DE MEMBROS

O serviço de apoio à gestão de membros recebeu e deu resposta aos seguintes pedidos:

Só na sede, e para efeito de pagamento de quotização, foram registadas 1508 entradas de cheques/vales de correio e numerário, com uma média mensal de 126, sendo Fevereiro, com 226, e Dezembro, com 210 os meses com maior volume de entradas.

1.1. INSCRIÇÕES

No ano de 2009, foram admitidos 3968 membros registando-se, em relação ao ano anterior, um aumento do número de enfermeiros admitidos (10,4%).

Durante o ano de 2009, foram recusados 2 pedidos de inscrição na OE, com base na falta de habilitações legais para o exercício da profissão, e foram arquivados 28 processos.

Releve-se que, a 31 de Dezembro, a OE regista 59745 enfermeiros activos.

1.2. REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS

No cumprimento do regulamento aprovado em Assembleia-Geral, foi efectuada, no final de 2009, a revalidação automática das cédulas profissionais aos membros com a situação de quotas regularizada a 31 de Dezembro.

1.3. ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS

Dados da Gestão de Membros

- Enfermeiro: 3993
- Enfermeiro Especialista: 1408

CEEC	216
CEESMO (a)	210
CEESIP (b)	198
CEESMP	189
CEER	353
CEEMC	239

1 de SMO (exclusivamente)

2 Enfermeiro Puericultor

Foram analisadas 22 avaliações curriculares, das quais 6 tiveram parecer favorável e 14 não favorável, 1 aguarda resposta a pedido de informações por parte da Comissão de Cuidados Gerais



2- EMISSÃO DE PARECERES

O crescimento de solicitações relativa a pareceres do CJ e do CE implica relevar o facto de que este trabalho de emissão de Pareceres é quase exclusivamente realizado sem recurso a trabalho profissionalizado (exclui-se a participação em alguns Pareceres do assessor jurídico no quadro do CJ, que é colaborador profissional da Ordem), o que justifica o tempo demorado de elaboração e aprovação de alguns Pareceres.

2.1. SOBRE A MATÉRIA INTERDISCIPLINAR DAS ESPECIALIDADES EM ENFERMAGEM

O CE realizou, ao nível das Comissões ou do CE, e aprovados em CE – um total de 151 pareceres dos quais, 30 relativos a planos de estudos de CPLEE os quais foram enviados aos CER's e, de acordo com o tema, ao CJ:

Totais de pareceres

	Pareceres	
	Aprovados	Pendentes ^(a)
CE	151	-
CCG	45	29
CF	52	1
CEEC	8	8
CEESMO	27	4
CEESIP	10	1
CEESMP	10	0
CEER	13	1
CEEMC	8	0

(a) Considerando a distribuição de Dez 2009

Por proposta do CE foi criada uma secção temática na ROE e publicados textos produzidos pelo CE e Comissões, além de Pareceres seleccionados.

Foram colocados online diversos pareceres, na maioria dos casos por elevada solicitação na mesma área temática. De relevar a continuação de emissão de Pareceres conjuntos com o Conselho Jurisdicional: decisão de não reanimar recém nascidos, tomada de posição sobre colheita de sangue – VIH, fornecimento de contraceptivos a menores, registo de saúde electrónico e consulta de enfermagem por via telefónica

Além dos Pareceres, assinala-se a produção de 7 Perfil de competências do enfermeiro especialista e dos dois Cadernos Temáticos do MDP.

Quadro de distribuição por temática, dos pareceres do CE

Área	Título(s)	Nº	Σ	%
Tomadas de posição conjuntas	Papel do Enfermeiro na Tomada de Decisão de Não Reanimar em Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais	1	5	3,3
	Tomada de posição sobre colheita de sangue – VIH, Risco de contaminação do Enf.º	1		
	Consulta de Enfermagem por via telefónica	1		
	Registo de saúde electrónico	1		
	Fornecimento de contraceptivos a menores	1		
Âmbito específico	No âmbito de processo de inquérito	2	6	4
	No âmbito de processo de Tribunal	2		
	Na esfera (bio)ética e profissional - Crio preservação De Células Estaminais Do Cordão Umbilical / IVG, Planeamento Familiar e Dispositivo Intra-Uterino	2		
Documentos apreciados	Proposta de estabelecimento de protocolo com a OE - APAMCM	1	25	16,5
	Necessidades e Prioridades de Investigação em Enfermagem na Europa – 1ª e 2ª rondas	2		



	Proposta de Referenciais de RVCC e Formação Profissional. Auxiliar de Acção Médica	2		
	ACSS - Novo sistema de licenciamento de unidades privadas de saúde Centros de Enfermagem Anexos // - 1357/2009-02-03_ Unidades de Obstetrícia e Neonatologia - anexos	2		
	Relatório do "Estudo das Necessidades de Cuidados de Enfermagem da população residente em Portugal – I Fase"	1		
	Protocolo de parceria da ESEP	1		
	"Formação em Urgência/Emergência" e "Listagem de Material, equipamento e fármacos necessários nos Serviços de Urgência"	1		
	Plano de actividades para 2009 e Inquérito sobre o novo sistema de garantia da qualidade do Ensino Superior (Documentos enviados pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior à OE)	1		
	Criação da Via Verde da Sepsis (VVS)	1		
	"Manual de Normas de Enfermagem - Procedimentos Técnicos" - ACSS	1		
	Parecer sobre documento enviado pela Coordenação Nacional para a Infecção VIH/Sida. "Recomendações Portuguesas para o tratamento da Infecção VIH/Sida"	1		
	Consulta Pública do Livro Verde	1		
	Questões colocadas pela equipa OMS, quanto ao Plano Nacional de Saúde	1		
	Projecto Lei nº 788/X Direitos dos doentes à informação e ao consentimento informado / Análise da Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto	2		
	Direito de escolha da via de parto (parecer n.º 12/APB)	1		
	Apreciação de artigo "Do sentido da vida ao sentido da morte: uma reflexão sobre a pessoa com doença mental profunda"	1		
	Consulta Pública da UE sobre a Classificação de queixas dos consumidores	1		
	Documento de consenso para a Estrutura e Funções das Equipas de Saúde Mental Comunitária	1		
	"Proposta de Plano de Desempenho" dos Agrupamentos de Centros de Saúde	1		
	Estudo sobre Cuidados de saúde a portadores de Diabetes - ERS. Pedido de Contribuições e Sugestões	1		
	Abordagem Clínica e Organizacional do Doente com Hipertensão Pulmonar	1		
Tomada de decisão na prática clínica - cuidados gerais	Administração de terapêutica/ injectáveis / vacinas/ Utilização da via intramuscular para administração de farmácia, nomeadamente, em criança /Validade da prescrição de vacinas Extra plano PNV / Administração de vacinas sem presença do médico /	7	26	17,2
	Utilização de Hipoclorito de Sódio 0,5% (Solutio Dakin) na limpeza de feridas / Utilização de produtos em tratamentos de feridas	2		
	Realização de colheitas de sangue para análise	2		
	Realização de aparelhos gessados por enfermeiros/ aparelhos gessados e Suturas, por enfermeiros	2		
	Incompatibilidade profissional face à realização de um M.A.P.A. (Monitorização ambulatória da pressão arterial) / Avaliação dos sinais vitais	2		
	Inserção de cateter epicutâneo / Introdução de cateteres centrais de abordagem periférica	2		
	Drenagem de seromas / Drenagem de seromas a doentes submetidas a mastectomia	2		
	Responsabilidade do enfermeiro na dieta dos utentes	1		
	Testes cutâneos prick	1		
	Cinesiterapia realizada por enfermeiro de cuidados gerais	1		



	Preparação de solutos para diálise	1		
	Utilização de DAE por Enfermeiros	1		
	Elaboração de Parecer sobre - Circular Normativa da DGS n.º 8/DSPSM/DSPCS de 25/05/2007	1		
	Competências dos enfermeiros responsáveis de cuidados gerais na monitorização cardio-fetal	1		
Intervenção clínica em contexto específico	Execução de citologia cervical / Realização de Exames Citológicos Cervico-Vaginais / Realização de Exames Citológicos	3	17	11,3
	Enfermeiro Instrumentista no Bloco Operatório / Número de Enfermeiros por sala, no Bloco Operatório / Responsabilização dos cuidados em contexto de bloco operatório com unidade de cuidados pós-anestésicos	3		
	Consulta de ginecologia / Presença de enfermeiro nas consultas, aquando da observação ginecológica	2		
	Rastreio Auditivo Neo-natal / A quem compete a realização da avaliação da visão com a escala optométrica a crianças	2		
	Triagem de Utentes para consulta médica / Realização da triagem para consulta médica do dia pelos enfermeiros de uma Unidade de Saúde Familiar	2		
	Educação Sexual nas escolas	1		
	Ensino ao doente para a realização de penso do local de inserção do Cateter de Hickman	1		
	Auto-hemoterapia	1		
	Competências no âmbito do Aleitamento materno	1		
Farda de Enfermagem em Internamento de Psiquiatria Agudos	1			
Tomada de decisão na prática clínica - cuidados especializados	Relacionado com o parto e puerpério - Entidades credenciadas para leccionar cursos de preparação para o parto/ ginástica para o parto/ preparação para o parto/ Parto no domicílio / Plano de parto / Utilização de cinta durante o puerpério	11	17	11,3
	Competência para auscultação de ruídos cardíacos fetais	1		
	Na realização de consultas de saúde infantil	1		
	parecer informativo aos profissionais de saúde e á população em geral sobre o curso de preparação para o parto e o curso de preparação para a parentalidade, clarificando a diferença entre ambos assim como os profissionais melhor habilitados para os desenvolver	1		
	Competência do enfermeiro especialista em enfermagem de reabilitação para desenvolver a sua actividade no âmbito da cinesiterapia .	1		
	Fertilidade regular / Formação em planeamento familiar	2		
Formação e investigação	Planos de Estudos do Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem	30	41	27
	Pedidos de Formação (estágios), relacionados com programas para Auxiliares de Acção Médica	1		
	Resumos de Trabalhos de Investigação Enviados à OE	1		
	Elementos a constar na Publicação de Guias de Boas Práticas e «Cadernos OE»	1		
	Patrocínio Científico, Apoio e Colaboração da OE	1		
	Curso de cuidados de saúde a Auxiliares de Acção Médica	1		
	Recusa por parte de docente	1		
	Curso de Enfermagem de Reabilitação IFE	1		
	Novo curso de formação profissional: Escola profissional de Braga	1		



	Realização de ensinos clínicos, de um curso de pós-graduação, com a duração de 15 (quinze) semanas, no próprio local de trabalho dos enfermeiros	1		
	Parecer sobre o 1º Curso de Pós-Graduação de Aperfeiçoamento em Enfermagem para Cidadãos Estrangeiros com Formação Superior em Enfermagem, a ser ministrado pela ESEL	1		
	A inclusão de disciplinas sobre abordagens complementares nos planos de estudo	1		
Gestão	Condução de viatura oficial	1	4	2,7
	Dúvidas sobre actividades atribuídas pela Direcção de Enfermagem	1		
	Pedido de material para execução de pensos	1		
	Pedido de esclarecimento face ao preenchimento das folhas de requisição de estupefacientes	1		
Regulação profissional em geral	Títulos Profissionais	1	10	6,7
	Definição do Acto de Enfermagem	1		
	Esclarecimento sobre "reais funções e responsabilidades do enfermeiro especialista em enfermagem médico-cirúrgica"	1		
	Exercício profissional em regime de voluntariado	1		
	Exercício profissional de enfermagem em Medicina do Trabalho	1		
	Autonomia do Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Reabilitação / Rentabilização dos Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Reabilitação	2		
	Parcerias em cuidados de Enfermagem	1		
	Actualização do Referencial para os enfermeiros que prestam cuidados na RNCCI	1		
	Unidade de Cuidados na Comunidade	1		
Total		151	151	100

2.2. SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A DEONTOLOGIA

No âmbito da sua competência enunciada na alínea h) do nº 1 do artigo 25º do EOE, o Conselho Jurisdicional, emitiu um conjunto de Pareceres relativos à interpretação da Deontologia Profissional de Enfermagem e a sua aplicação a situações concretas, colocadas pelos colegas, relativas ao seu exercício profissional. A par da resposta a pedidos dos membros, foram também emitidos Pareceres solicitados pelos outros órgãos da Ordem, nomeadamente para apreciação prévia da legalidade e conformidade com a Ética e Deontologia profissionais, de decisões futuras no âmbito das suas competências ou de apreciação de documentos de interesse para a profissão.

Quadro 12 – Distribuição dos Pareceres emitidos

ÁREA	2008		2009 (EMITIDOS)		2009 – TOTAL (EMITIDOS + EM ELABORAÇÃO)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Condições para o exercício	5	6	3	3,8	7	8,9
Informação	7	8,3	3	3,8	5	6,3
Perspectiva ético-deontológica na regulação das práticas profissionais	12	14,2	9	11,4	15	19
Continuidade de cuidados	3	3,6	0	0	1	1,3
Recusa do profissional	8	9,5	1	1,3	2	2,5
Consentimento	2	2,4	0	0	1	1,3
Dignidade e Regulamentação da Profissão	10	11,9	8	10	14	17,7
Sigilo	2	2,4	2	2,5	6	7,6



Intervenções Interdependentes	10	11,9	2	2,5	8	10
Incompatibilidades	20	23,8	8	10	10	12,7
OE – Funcionamento Interno	5	6	5	6,3	10	12,7
Total	84	100	41	51,6	79	100

2.3. ACONSELHAMENTO NO ÂMBITO DO SIGILO PROFISSIONAL

O pedido de “aconselhamento deontológico e jurídico” para decisões de Enfermagem no âmbito do dever de sigilo profissional, encontra-se consagrado como dever para todos os enfermeiros, na alínea c) do artigo 85º do EOE. A operacionalização deste dever não se encontra ainda regulamentado pela Ordem, mantendo este CJ, as práticas anteriores, que considerou como boas. Em concreto, manteve-se o aconselhamento telefónico dado pelo presidente do órgão, a todos os colegas que o contactaram.

Todavia, face ao número crescente de pedidos ao longo do ano e ao surgimento de pedidos pelos colegas ou pelos tribunais de aconselhamento face a eventual quebra de sigilo no âmbito de investigações criminais (em aplicação do artigo 135º do Código do Processo Penal, que atribui competência à Ordem de emitir parecer neste domínio), continuou-se o aconselhamento escrito para o processo de tomada de decisão inerente ao dever de sigilo.

Quadro 13 – Distribuição dos aconselhamentos escritos no âmbito do sigilo profissional:

2008	2009
8	6

2.4. COOPERAÇÃO COM TRIBUNAIS

Ainda no âmbito do dever de sigilo e das circunstâncias em que este pode ser derogado (mais concretamente nos termos da alínea c) do artigo 85.º do EOE com a redacção que lhe foi dado pela Lei n.º 111/2009 de 16 de Setembro) foi nomeada uma enfermeira perita em deontologia em cumprimento de despacho judicial. Tal despacho judicial surgiu na sequência de parecer emitido pela OE, no qual se afirma que a divulgação de informação de enfermagem constante do processo clínico de uma pessoa só poderá ser feita após prévio aconselhamento deontológico por parte da OE e na estrita medida do necessário para fazer valer outros direitos de igual valor constitucional.

Esta actividade concretizou-se através de:

- a) Deslocação a tribunal e consulta dos autos em causa;
- b) Deslocação às instalações da ré e consulta do processo clínico da pessoa envolvida;
- c) Elaboração de Relatório pericial e respectiva remessa para os autos;
- d) Cumprimento de despacho judicial para prestação de esclarecimentos solicitados pela autora em sede dos referidos autos.

2.5. DELIBERAÇÕES SOBRE PEDIDOS DE RENÚNCIA OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MEMBROS DE ÓRGÃOS DA ORDEM

Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 25º do EOE, compete ao CJ a deliberação sobre pedidos de renúncia ou suspensão temporária de membros de órgão da Ordem.

Neste ano de 2009, foram apreciados e deliberados 1 pedidos de renúncia e 4 pedido de suspensão temporária.

2.6. EXERCÍCIO DO PODER DISCIPLINAR

Damos conta, neste capítulo, do trabalho realizado no âmbito da competência enunciada na alínea b) do nº 1 do artigo 25º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros (EOE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 104/98 de 21 de Abril, relativo à “decisão final sobre todos os procedimentos disciplinares”.



2.6.1. PROCESSOS DISCIPLINARES TRANSITADOS DO MANDATO ANTERIOR.

Há Processos Disciplinares relativos ao não pagamento de quotas, que transitaram do mandato anterior, devido ao regular andamento dos prazos processuais. No final de 2009 ainda não estão todos terminados, como se demonstra no quadro seguinte.

Quadro 1 – Distribuição dos PD's transitados do mandato anterior, por violação da alínea m) do artigo 76º do EOE (Quotas).

Conselho Jurisdicional	Total de PDs transitados	136
	PD decididos em 2008	108
	PD decididos em 2009	3
	PD em tramitação	25

Há Processos Disciplinares relativos a eventual violação dos deveres profissionais, que transitaram do mandato anterior, devido ao regular andamento dos prazos processuais. No final de 2009 ainda não estão todos terminados, como se demonstra no quadro seguinte.

Quadro 2 – Distribuição dos PD's transitados do mandato anterior, relativos a legis artis.

Conselho Jurisdicional	Total de PDs transitados	7
	PD decididos em 2008	5
	PD decididos em 2009	-
	PD em tramitação	2 ²

2.6.2. PROCESSOS DISCIPLINARES ENTRADOS NESTE MANDATO

Em 2009 e mantendo-se a tendência verificada dos últimos anos, verificamos que existe um número significativo de processos por não pagamento de quotas. No quadro seguinte damos conta do total dos processos entrados neste mandato – anos de 2008 e 2009.

Quadro 3 – Distribuição dos PDs, entrados neste mandato, por violação da alínea m) do artigo 76º do EOE (Quotas).

Conselho Jurisdicional	Total de PD's entrados em 2008	127
	PD decididos em 2008	93
	PD que transitaram para 2009	34
	PD decididos em 2009	21
	PD em tramitação	13
	Total de PD's entrados em 2009	201
	PD decididos em 2009	130
	PD em tramitação	71
	Total PD's decididos em 2009	151
	Total PD's em tramitação no final de 2009	842

Neste ano, relativamente a processos relativos a legis artis, os dados são os seguintes:

² Dos referidos 84 Processos Disciplinares, 20 desses Processos deram entrada no Conselho Jurisdicional após a última reunião da 1ª Secção desse órgão no ano de 2009.



Quadro 4 – Distribuição dos PDs, entrados neste mandato, relativos a legis artis.

Conselho Jurisdicional	Total de PD's entrados em 2008	9
	PD decididos em 2008	0
	PD que transitaram para 2009	9
	PD decididos em 2009	4
	PD em tramitação	5
	Total de PD's entrados em 2009	8
	PD decididos em 2009	6
	PD em tramitação	2
	Total PD's decididos em 2009	10
	Total PD's em tramitação no final de 2009	7

2.6.3. TOTAL DE PROCESSOS DISCIPLINARES (TRANSITADOS DO ANO ANTERIOR E ENTRADOS EM 2009)

Para uma análise mais detalhada, apresentamos os dados relativos aos Processos Disciplinares segundo a pena aplicada e distribuídos por Secção Regional.

Quadro 5 – Distribuição dos PD's por violação da alínea m) do artigo 76º do EOE (Quotas), segundo pena aplicada – 2008 e 2009.

Distribuição dos Processos Disciplinares por violação da alínea m) do artigo 76º do EOE, em função da conclusão					
Conclusão		2008		2009	
		N.º	%	N.º	%
Arquivados		99	68	106	68,8
Absolvidos				7	4,6
Sancionados	Advertência	0	0	0	0
	Censura Escrita	33	23	29	18,8
	Censura Escrita com suspensão da pena	12	8	12	7,8
	Suspensão do Exercício Profissional	2	1	0	0
TOTAL de Processo Concluídos		146	100	154	100
Em curso/Pendentes		114		109	



Quadro 6 – Distribuição dos PD's por violação da alínea m) do artigo 76º do EOE (Quotas), por secção Regional e segundo pena aplicada – ano de 2008

Secção Regional	Despacho de Arquivamento		Absolvidos		Sancionados				Sancionados	
					Censura Escrita		Censura Escrita Suspensa		Suspensão Exercício Profissional	
Norte	11	11,1%	1	33,3%	3	9,1 %	5	41,7%	-	-
Centro	8	8,1%	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul	71	71,7%	2	66,6%	30	90,9%	7	58,3%	2	100%
Madeira	3	3%	-	-	-	-	-	-	-	-
Açores	6	6,1%	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	99		3		33		12		2	
Total	149									

Quadro 6-A – Distribuição dos PD's por violação da alínea m) do artigo 76º do EOE (Quotas), por secção Regional e segundo pena aplicada - ano de 2009

Secção Regional	Despacho de Arquivamento		Absolvidos		Sancionados				Sancionados	
					Censura Escrita		Censura Escrita Suspensa		Suspensão Exercício Profissional	
Norte	0	0	1	0,6%	1	0,6%	0	0	0	0
Centro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sul	91	59,1%	6	3,9%	27	17,6	11	7,2%	0	0
Madeira	6	3,9%	0	0	0	0	0	0	0	0
Açores	9	5,9%			1	0,6%	1	0,6%	0	0
Totais	106		7		29		12		0	
Total	154									

Quadro 7 – Distribuição dos PD's, relativos a legis artis, por pena aplicada - 2008 e 2009.

Distribuição dos Processos Disciplinares relativos a legis artis, em função da conclusão					
Conclusão		2008		2009	
		N.º	%	N.º	%
Arquivados		-	-	5	50
Absolvidos		-	-		
Sancionados	Advertência	1	20	2	20
	Censura Escrita	2	40	2	20
	Censura Escrita com suspensão da pena				
	Suspensão do Exercício Profissional	2	40	1	10
TOTAL de Processo Concluídos		5	100	10	100
Em curso/Pendentes		11		9	



Quadro 8 – Distribuição dos PD's, relativos a legis artis, por Secção Regional e segundo pena aplicada - ano de 2008

Secção Regional	Despacho de Arquivamento		Absolvidos		Sancionados				Sancionados	
					Advertência Escrita		Censura Escrita		Suspensão Exercício Profissional	
Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	%
Centro	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20%
Sul	-	-	-	-	-	-	2	40%		
Madeira	-	-	-	-	-	-				
Açores	-	-	-	-	1	20%	-	-	1	20%
Totais	-	-	-	-	1		2		2	
Total	5									

Quadro 8-A – Distribuição dos PD's, relativos a legis artis, por Secção Regional e segundo pena aplicada – ano de 2009

Secção Regional	Despacho de Arquivamento		Absolvidos		Sancionados				Sancionados	
					Advertência Escrita		Censura Escrita		Suspensão Exercício Profissional	
Norte	0	0	0	0	0	0	1	10%	0	0
Centro	1	10%	0	0	0	0	0	0	0	0
Sul	3	30%			2	20%	1	10%	0	0
Madeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Açores	1	10%	0	0	0	0	0	0	1	10%
Totais	5		0		2		2		1	
Total	10									

2.6.4. RECURSOS RELATIVOS A PROCESSOS DISCIPLINARES

No que se refere aos Recursos relativos a decisões regionais ou nacionais sobre procedimentos disciplinares, dos 13 entrados, foram decididos 12 e 1 encontra-se em tramitação.

Quadro 9 – Distribuição dos recursos relativos a decisões de procedimentos disciplinares

	Entrados	Decididos	Em tramitação
2008	6	6	0
2009	13	12	1

2.6.5. PROCESSOS INTERNOS - LEGALIDADE INTERNA DA OE

Quadro 9 – Distribuição dos processos internos neste mandato.

Transitados do mandato anterior	0	
Abertos em 2008	1	1 concluído (Arquivamento)
Abertos em 2009	1	Em tramitação



2.6.6. NORMALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À NOTIFICAÇÃO EDITAL

No âmbito da actividade de normalização foram levadas a cabo a concretização e avaliação dos procedimentos relativos à notificação edital.

Outra actividade que merece ser descrita encontra-se relacionada com a regulamentação dos procedimentos relativos ao aconselhamento dos enfermeiros no âmbito do dever de sigilo, sobre cuja matéria foi elaborada a Nota Interna n.º 56, de 19-06-2009.

2.6.7. PROCESSOS DE EXECUÇÃO

Compete ao Conselho Jurisdicional, nos termos da alínea f) do nº 1 do artigo 25º do EOE "instaurar procedimentos de execução aos enfermeiros com quotas em dívida".

Este trabalho de prosseguir os processos de execução (realizados pelos tribunais próprios), manteve-se a cargo da assessora jurídica do CJ em articulação com o Conselho Directivo.

3- GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE

Tal como em anos anteriores, o envio da correspondência para os membros da Ordem dos Enfermeiros continua a constituir uma fatia muito significativa do volume de trabalho, acometido ao sector administrativo.

Fazem parte desta correspondência, entre outros documentos, as facturas relativas ao pagamento de quotas (2008 – 511285; 2009 – 525573 as apólices do seguro de responsabilidade civil profissional (2008 – 5463; 2009 - 5910), as vinhetas de revalidação das cédulas profissionais (2008 – 46103; 2009 - 48951), emissão de cédulas profissionais (2008 – 5879; 2009 – 6349).

Foi mantida a preocupação na minimização dos custos, assegurando, por exemplo, que a informação pertinente a disponibilizar a todos os membros fosse enviada juntamente com a facturação.

Em termos globais foram registadas 11775 entradas de documentos, com uma média mensal de 981 documentos.

Do total 6788 foram officios, 1056 faxes e 3763 mail.

Tal como já foi referido, foram ainda registadas 1508 entradas de cheques/vales de correio/numerário para pagamento de quotas.

Foram registadas 11002 saídas de documentos, com uma média mensal de 917 documentos, não são aqui contabilizados os mailings.

Do total de saídas registadas, 1193 foram registadas com aviso de recepção.

Foram enviados 822004 documentos dos quais 525573 facturas, 115650 revistas ROE, 59645 postais de Natal, 46770 vinhetas de revalidação, entre outros de menos volume.

Foram registadas 6420 devoluções de correspondência com uma média mensal de 535. De entre os motivos que originam maior volume de devoluções destacam-se: alteração de morada com 2508 devoluções, recusada pelo remetente com 273 e endereço insuficiente/desconhecido com 1437.

O acréscimo em relação ao ano de 2008 foi de 1,99%.



4- REUNIÕES DOS ÓRGÃOS

Todos os órgãos nacionais funcionaram regularmente, reunindo de acordo com o estipulado no estatuto e nos respectivos regulamentos internos.

4.1. ASSEMBLEIA GERAL/MESA DA AG

Realizaram-se duas Assembleias Gerais. Uma ordinária em Março e uma Extraordinária em Novembro

A Mesa da Assembleia Geral reuniu para preparação das mesmas, no quadro das suas competências e aprovação do Regulamento Eleitoral o qual foi aprovado na AG de Novembro

4.2. CONSELHO DIRECTIVO

Ao longo do ano, o CD reuniu ordinariamente por 23 vezes, realizando ainda mais 5 reuniões extraordinárias para o exercício das competências que lhe estão atribuídas e que se reportam à intervenção e gestão global do conjunto das actividades da Ordem assim como à gestão dos recursos humanos e financeiros que as suportam.

Neste quadro tem vindo a ser desenvolvido um trabalho progressivo de melhoria da organização interna em articulação com os vários órgãos.

Sendo a Ordem dos Enfermeiros uma entidade única no seu estatuto jurídico o CD constituiu no seu seio a Comissão de Assuntos Regionais (CAR) na qual foram delegadas as competências para as matérias que se relacionam com os membros, a organização e gestão dos serviços da Ordem.

Foram realizadas 5 reuniões destacando-se como principais áreas trabalhadas, as constantes no quadro seguinte:

Gestão de Membros

Processo de execução de quota, foram decididas as orientações para a melhoria do processo e seu acompanhamento pelo CD

Regularização de situações de membros cancelados ou suspensos, ao abrigo do Regulamento de Inscrição, Atribuição de Títulos e Cédula Profissional, em vigor até Maio de 2006. Foram analisadas as situações pendentes no âmbito do anterior regulamento e tomadas as deliberações consequentes.

Revalidação da Cédula Profissional, – os membros, sem Cédula Profissional válida, passaram a ser alertados da situação. Na sequência da implementação desta deliberação foram vários os membros que regularizaram o pagamento das quotas.

Averbamentos

Foi deliberado manter a situação actual: "... São averbadas na Cédula Profissional as habilitações na área da enfermagem de que o enfermeiro faça prova e não consideradas para efeitos de inscrição e atribuição de título". Conforme regulamento aprovado na AG. Esta decisão poderá ser revista em função das alterações decorrentes da implementação do Modelo de Desenvolvimento Profissional.

Gestão de Recursos Humanos

Para além do desenvolvimento do Projecto RH+Valor procedeu-se à definição de critérios que suportem o gozo de tolerâncias de ponto pelos colaboradores até ao final do mandato (Sede e Secções Regionais).

Foi deliberado conceder a todos os colaboradores o gozo de tolerância de ponto na tarde de 5ª Feira Santa, 24 e 31 de Dezembro e ainda, conceder o gozo de mais duas tolerâncias de ponto a cada



colaborador, no máximo e em simultâneo a 50% dos elementos da equipa, de modo a assegurar o normal funcionamento dos serviços.

Gestão de Recursos Financeiros

Revisão do montante dos reembolsos de despesas dos membros dos órgãos:

Foi deliberado actualizar o montante dos reembolsos das despesas efectuadas ao serviço da Ordem de acordo com o seguinte:

Preço do km na utilização de carro próprio de 33 para 40 cêntimos (valor da função pública

Manutenção do valor máximo a reembolsar para o Almoço – 10 Euros e ajustar o valor do jantar para 12,5 Euros.

Recomendação para atribuição de um montante para despesas de representação aos presidentes dos Conselhos Directivos Regionais:

Foi deliberado recomendar que, caso tal seja entendido pelos CDR, a verba a atribuir para despesas de representação aos Presidentes dos Conselhos Directivos Regionais, no quadro das despesas não contabilizáveis pela função de representação da OE, no âmbito das suas atribuições valor de referência é equiparado ao cargo de Director de Serviços, conforme Despacho Conjunto n.º 625/99 de 03/08, que corresponde actualmente a 312.02 euros (trezentos e doze euros e dois cêntimos).

Afectação de despesas das actividades decididas em Conselho Directivo

Foram aprovados critérios de orientação para a responsabilização dos custos das actividades da Ordem, de acordo com o seguinte:

Os custos das actividades de carácter nacional serão assumidos pela Sede;

As actividades a aprovar em CD devem ser sempre acompanhadas de orçamento;

Nas situações em que as Secções Regionais suportam os custos das actividades de carácter nacional, deverá ser solicitado o reembolso à Sede, acoplado com o orçamento aprovado em CD e respectivas facturas.

Relativamente à comemoração de efemérides decidiu-se que as celebrações das efemérides que venham a ser definidas serão assinaladas com uma tela alusiva, que será colocada na Sede e Secções Regionais que o desejem e, que será assumida pela Sede Nacional.

Melhoria da Qualidade Organizacional

Documentos de suporte à Inscrição e Atribuição de Títulos a vigorar a partir de 1 de Janeiro

Procedeu-se à reformulação de todos os documentos em conformidade com o Estatuto e as Directivas Europeias

Programou-se a formação dos colaboradores e Presidentes dos CDR relativa à gestão de membros tendo em conta as novas funcionalidades da plataforma informática e passagem para as Secções Regionais da responsabilidade da inscrição e atribuição de título (actividade já realizada no dia 21 de Janeiro de 2010)

Uniformização dos modelos de declarações

Deliberado:

Proceder à uniformização dos modelos de declarações em uso nos serviços da OE;

Que cada um dos modelos aprovados será classificado e numerado, num quadro de normalização de documentos a expedir para o exterior de toda a Ordem;

Que os modelos devem ser revistos anualmente, em Outubro, pelo gabinete jurídico, ou sempre que o quadro legal o exija;



Que os novos modelos entram em vigor a 01 de Janeiro de 2010.
Qualquer outro tipo de declaração a emitir que não se enquadre nos modelos aprovados, será objecto de apreciação pela CAR e aprovação em Conselho Directivo

4.3. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal reuniu 4 vezes para proceder à análise das Actas do Conselho Directivo e das contas da Ordem dos Enfermeiros assim como para emissão de pareceres sobre o Relatório e contas e o Plano de Actividades e Orçamento.

4.4. CONSELHO JURISDICCIONAL

O CJ agendou as reuniões necessárias para o planeamento e para a avaliação das actividades de formação e encontros de reflexão, promovidos por este órgão, e para decisão final em processos disciplinares. Foram realizadas 11 reuniões em Plenários Descentralizados, 8 Reuniões da primeira secção e 12 Reuniões da segunda secção, sendo uma delas extraordinárias.

4.5. CONSELHO DE ENFERMAGEM

Realizadas reuniões ordinárias e extraordinárias, sendo estas reuniões temáticas e de resposta a solicitação urgente.

	Reuniões	
	Ordinárias	Extraordinárias
CE	10	5**
CCG	11*	1
CF	11**	--
CEEC	9	--
CESMO	12*	2**
CEESIP	11*****	--
CESMP	9*	--
CEER	10*	--
CEEMC	11*	--
Total		

(* Reuniões alargadas aos membros dos CER)

Em termos médios, por mês, reuniões ordinárias, das 8 comissões e do CE.

Para detalhes de reuniões ordinárias, extraordinárias e alargadas, ver os Relatórios das Comissões.

III. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Ao encerrar as contas relativas ao Exercício de 2009, podemos afirmar que estas espelham de forma transparente e credível a nossa situação financeira e os resultados da nossa actividade, pelo que é nosso propósito continuar a assegurar aos Membros a continuidade e consistência dos correspondentes Relatórios de Gestão e Contas, garantindo, deste modo, a fiabilidade das mesmas.

Análise da Situação Económica

O Resultado Líquido do Exercício de 2009 cifrou-se em € 39.422,12, num ano em que se procurou dar cumprimento ao plano de actividades e ao estabelecido em termos de Orçamento.



PROVEITOS

O valor da quotização emitida é contabilizado pela totalidade na Sede Nacional sendo posteriormente feita a sua distribuição pelas Secções Regionais, na mesma percentagem que se aplica aos recebimentos, no sentido da manutenção de uniformização de critérios.

A execução orçamental das principais rubricas de proveitos, pode ser analisada a seguir:

Proveitos Associativos (Quotizações)	Valor da Facturação	Percentagens das Secções Regionais	Valor Líquido para a Sede Nacional
Secção Regional Açores (*)	144 393.92	199 018.12	(54 624.20)
Secção Regional Centro	1 118 686.36	335 605.93	783 080.43
Secção Regional Madeira (**)	172 855.32	155 656.55	17 198.77
Secção Regional Norte	1 681 526.44	504 457.94	1 177 068.50
Secção Regional Sul	2 072 535.96	621 760.80	1 450 775.16
TOTAL	5 189 998.00	1 816 499.34	3 373 498.66

(*) A percentagem para a Secção Regional incorpora 3% da facturação global

(**) A percentagem para a Secção Regional incorpora 2% da facturação global

Proveitos	Total Realizado Bruto - 2009	Valor Realizado Líquido (*) - 2009	Valor Orçamentado Líquido - 2009
Proveitos Associativos Quotizações	5 189 998.00	3 373 498.66	3 317 381.50
Emolumentos	33 592.74	33 592.74	25 000.00
Proveitos Suplementares	13 903.43	13 903.43	17 500.00
Subsídios	166.67	166.67	0.00
Outros Proveitos Operacionais	15 335.46	15 335.46	12 000.00
Proveitos Financeiros	80 061.03	80 061.03	100 000.00
Proveitos Extraordinários	4 284.49	4 284.49	7 500.00
TOTAL	5 336 531.82	3 520 842.48	3 531 881.50

(*) Após distribuição da Percentagem de Quotização por Secções Regionais, no montante de € 1 816 499.34.

O Total Realizado Bruto diz respeito ao total de **Proveitos Associativos** correspondente à facturação mensal emitida. Após distribuição da percentagem de proveitos por cada Secção Regional processa-se a correspondente contrapartida na conta de custos "Outros Custos Operacionais" pelo mesmo montante, resultando o Valor Realizado Líquido – Proveitos Associativos, correspondentes à percentagem da facturação alocada à Sede Nacional.

Os **Proveitos Suplementares** são constituídos fundamentalmente pela venda de publicações, material de divulgação e inscrições em eventos.

Os **Subsídios** são relativos ao Grupo de Trabalho "Bolsa Piloto de Enfermeiros para actuação em situação de catástrofe" – Liderança para a Mudança.

Os **Outros Proveitos Operacionais** são constituídos pelos reembolsos de deslocações efectuadas nomeadamente por membros da Região Autónoma da Madeira e reembolsos de quotização do ICN.



Os **Proveitos Financeiros** são provenientes de juros bancários dos depósitos à ordem e a prazo.

Os **Proveitos Extraordinários** referem-se a donativos, patrocínios e proveitos provenientes de reembolsos de despesas.

Os custos do exercício totalizaram € 5 297 109.70, conforme o quadro seguinte:

€			
Custos	Orçamentado	Realizado	Varição
Custo Matérias Vendidas	12 883.60	529,47	-95,89%
Fornecimentos e serviços externos	2 364 824.02	2 190 986,37	-7,35%
Impostos	30 000,00	22 854,19	-23,82%
Custos com o pessoal	504 151.70	547 872,97	8,67%
Percentagem Quotização emitida (Secções Regionais)	1 786 282,34	1 816 499,34	1,69%
Outros custos e perdas operacionais	155 000,00	283 097,19	11,02%
Amortizações	105 000,00	160 705,92	53,05%
Custos e perdas financeiras	234 000,00	221 717,65	-5,25%
Custos e perdas extraordinárias	25 000,00	52 846,60	111,39%
TOTAL	5 317 141.66	5 297 109,70	-0,38%

CUSTOS

Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos, por reflectir na mesma todas as actividades do Plano.

Dentro destes custos assume especial relevância a Comunicação, da qual aproximadamente 85% são relativos aos encargos com os correios para informação aos membros.

Assim como as Deslocações e Estadias, rubrica onde ocorrem as despesas com as actividades dos Órgãos, Grupos de Trabalho e outras actividades para cumprimento do Plano de Actividades Nacional.

Também os Trabalhos Especializados assumem especial importância, incluindo os trabalhos de tipografia, de envelopagem e de trabalhos gráficos com a revista, todo o apoio especializado e manutenção logística e os trabalhos especializados relativos às cédulas profissionais.

Custos Financeiros

O montante desta rubrica deve-se aos custos da SIBS referentes aos pagamentos das quotizações pelo Multibanco, assumidos na sua totalidade pela Sede Nacional, e ainda aos juros dos empréstimos relativos ao património imobiliário centralizados na Sede Nacional.

Custos Extraordinários

Os Custos Extraordinários resultam da contabilização de facturas entradas no próprio ano referentes a despesas do ano anterior. Apesar da sensibilização de todos para que este valor seja cada vez mais residual, ocorrem factores circunstanciais que nem sempre o viabilizam, que ocasionaram a sua contabilização já em 2009.



Análise da Situação Financeira e Patrimonial

Pode verificar-se o nível de investimentos com base no seguinte mapa:

	€		
Imobilizações	Orçamentado	Realizado	Variação
Imobilizações corpóreas			
Equipamento administrativo	5 000.00	9 383.08	87.66%
Equipamento informático	300 000.00	234 514.25	-21.83%
Outras imobilizações corpóreas	5 000.00	7408.80	48,18%
Total	310 000.00	251 306.13	-18.93%

Tendo em conta o artigo 96º dos Estatutos da Ordem dos Enfermeiros, o Fundo de Reserva totaliza € 984 728.36 o qual será reforçado de acordo com o resultado do exercício em € 7 884.42.

Lisboa, 03 de Fevereiro de 2010

O Conselho Directivo



Handwritten mark

**ANEXO AO BALANÇO
E
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
DO EXERCÍCIO DE 2009**

Handwritten signature

**SEDE NACIONAL****BALANÇO PASSIVO**
Exercício: 2009

Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2009	ANTERIOR
	CAPITAL PROPRIO:		
51	Fundo Social	3.225.980.25	2.718.600.65
55	Ajustamento partes capital		0.00
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas Estatutárias	984.728.36	984.444.08
574 a 579	Outras Reservas	944.879.59	944.879.59
59	Resultados transitados	2.180.769.29	2.179.632.16
	Subtotal	7.336.357.49	6.827.556.48
88	Resultado liquido do exercicio	39.422.12	1.421.41
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO	7.375.779.61	6.828.977.89
	PASSIVO:		
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
231+12	Dividas a instituicoes de crédito	2.946.165.99	3.294.783.86
221	Fornecedores c/c	95.497.31	28.392.96
252	Secções Regionais	1.176.674.81	513.047.68
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	9.975.78	2.722.50
24	Estado e outros entes publicos	16.188.59	25.786.59
262+263+264+265+	Outros credores	824.905.15	25.398.16
		5.069.407.63	3.890.131.75
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acrescimos de custos	56.152.82	53.353.94
274	Proveitos diferidos		
	TOTAL DO PASSIVO	5.125.560.45	3.943.485.69
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	12.501.340.06	10.772.463.58



SEDE NACIONAL

BALANÇO ACTIVO
Exercício: 2009

Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2009			ANTERIOR
		AB	AA	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	35.824.20	35.824.20	0.00	0.00
446	Imoalizado em curso - website	84.000.00		84.000.00	0.00
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:	119.824.20	35.824.20	84.000.00	0.00
421	Terrenos e recursos naturais	365.588.30		365.588.30	365.588.30
422	Edifícios e outras construções	1.148.485.16	181.564.97	966.920.19	982.454.77
423	Equipamento básico	31.202.44	31.202.44	0.00	0.00
426	Equipamento administrativo	1.043.114.38	809.458.57	233.655.81	121.560.94
429	Outras imobilizações corpóreas	91.073.00	58.218.19	32.854.81	38.814.89
		2.679.463.28	1.080.444.17	1.599.019.11	1.508.418.90
	TOTAL ACTIVO IMOBILIZADO .	2.799.287.48	1.116.268.37	1.683.019.11	1.508.418.90
	CIRCULANTE:				
	EXISTÊNCIAS:				
32	Mercadorias.	21.058.11		21.058.11	21.587.58
		21.058.11		21.058.11	21.587.58
	Dividas de terceiros - Medio e longo prazo:				
218	Clientes de cobrança duvidosa.			0.00	0.00
		0.00		0.00	0.00
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
211	Membros c/c	1.806.262.91		1.806.262.91	1.830.508.36
229	Adiantamentos a fornecedores	9.062.66		9.062.66	13.819.15
24	Estado e outros entes publicos	1.102.76		1.102.76	
262/6/7/8+221	Outros devedores	5.010.266.00		5.010.266.00	3.728.388.44
		6.826.694.33		6.826.694.33	5.572.715.95
	TITULOS NEGOCIÁVEIS:				
1513+1523+153/9+18	Outros titulos negociaveis e aplic tesouraria	538.238.00		538.238.00	298.238.01
		538.238.00		538.238.00	298.238.01
	DEPOSITOS BANCARIOS E CAIXA:				
12+13+14	Depositos bancarios.	3.399.762.42		3.399.762.42	3.298.965.86
11	Caixa.	1.995.20		1.995.20	1.995.20
		3.401.757.62		3.401.757.62	3.300.961.06
	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acrescimos de proveitos.			0.00	7.154.16
272	Custos diferidos	30.572.89		30.572.89	63.387.92
		30.572.89		30.572.89	70.542.08
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES.		1.116.268.37		
	TOTAL DE AJUSTAMENTOS				
	TOTAL DO ACTIVO	13.617.608.43	1.116.268.37	12.501.340.06	10.772.463.58

**SEDE NACIONAL****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**
Exercício: 2009

Mês: FINAL

ag

CODIGO DAS CONTAS		EXERCICIOS			
		2009		ANTERIOR	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das mercad. vendidas e das materias consumidas		529.47		3.220.90
62	Fornecimentos e servicos externos		2.190.986.37		2.213.486.85
Custos com o pessoal:					
641+642	Remuneracoes	467.570.26		388.476.61	
643+644	Pensoes				
645/8	Outros.	80.302.71		82.834.40	
			547.872.97		471.311.01
66	Amortizacoes do imobiliario corporeo e incorporeo	160.705.92		104.422.96	
67	Provisoes		160.705.92		104.422.96
63	Impostos.	22.854.19		29.529.04	
65	Outros custos e perdas operacionais	2.099.596.53	2.122.450.72	1.958.016.53	1.987.545.57
	(A)		5.022.545.45		4.779.987.29
683+684	Amortizacoes e prov. de aplic. e invest. financeiros				
	Juros e custos similares	221.717.65	221.717.65	295.193.02	295.193.02
	(C)		5.244.263.10		5.075.180.31
69	Custos e perdas extraordinários		52.846.60		168.290.86
	(E)		5.297.109.70		5.243.471.17
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio				
	(G)		5.297.109.70		5.243.471.17
88	Resultado liquido do exercicio		39.422.12		1.421.41
			5.336.531.82		5.244.892.58
PROVEITOS E GANHOS					
72	Proveitos Associativos	5.223.590.74	5.223.590.74	5.004.131.04	5.004.131.04
73	Proveitos suplementares	13.093.43		16.515.45	
74	Subsidios a exploracao	166.67		15.085.93	
76	Outros proveitos operacionais	15.335.46		16.657.75	
	(B)		28.595.56		48.259.13
			5.252.186.30		5.052.390.17
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
784	Rendimentos de participacao de capital				
	Outros juros e proveitos similares	80.061.03	80.061.03	119.529.42	119.529.42
	(D)		5.332.247.33		5.171.919.59
79	Proveitos e ganhos extraordinarios		4.284.49		72.972.99
	(F)		5.336.531.82		5.244.892.58
RESUMO					
Resultados operacionais: (B)-(A)=			229.640.85		272.402.88
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=			-141.656.62		-175.663.60
Resultados correntes: (D)-(C)=			87.984.23		96.739.28
Resultados antes de impostos: (F)-(E)=			39.422.12		1.421.41
Resultado liquido do exercicio: (F)-(G)=			39.422.12		1.421.41

Cláudia



ORDEM DOS ENFERMEIROS – SEDE NACIONAL, tem por objecto a Criação e Regulamentação da Profissão, tem a sua sede na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 75 – 1700-028 Lisboa, com o n.º de identificação de pessoa colectiva 504 190 407.

Em virtude da reduzida actividade e da existência de poucas situações que mereçam ser objecto de menção nos pontos obrigatórios definidos no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, optámos por omitir os que não são aplicáveis.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). No entanto, convém realçar que o título de algumas contas foi adaptado à actividade da Ordem dos Enfermeiros.

01 - Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações da Ordem, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

03 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram da sua aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

b) Existências

As mercadorias estão mostradas pelos preços das facturas.

07 - Pessoal ao serviço da empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem dos Enfermeiros – Sede Nacional durante o exercício de 2009 foi de 25 empregados.

08 – Despesas de investigação e de desenvolvimento

Os valores expressos nesta com reflectem os custos do desenvolvimento do “website” da Ordem dos Enfermeiros.



10 - Activo imobilizado

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os seguintes quadros discriminativos:

a) Activo bruto

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	35.824,20					35.824,20
Imobilizações em curso			84.000,00			84.000,00
Total	35.824,20					119.824,20
Imobilizações corpóreas:						
Terenos e recursos naturais	365.588,30					365.588,30
Edifícios e outras construções	1.141.076,36		7.408,80			1.148.485,16
Equipamento básico	31.202,44					31.202,44
Equipamento administrativo	799.217,05		243.897,33			1.043.114,38
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	91.073,00					91.073,00
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas						
Total	2.428.157,15					2.679.463,28

b) Amortizações e Ajustamentos

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação/Reversão	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	35.824,20			35.824,20
Total	35.824,20			35.824,20
Imobilizações corpóreas:				
Terenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	158.621,59	22.943,38		181.564,97
Equipamento básico	31.202,44			31.202,44
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	677.656,11	131.802,46		809.458,57
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	52.258,11	5.960,08		58.218,19
Total	919.738,25	160.705,92		1.080.444,17



14 - Imobilizações corpóreas e em curso

Todo o imobilizado está afecto à actividade da Ordem dos Enfermeiros e encontra-se inscrito no balanço.

21 – Activo circulante

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Existências:				
Mercadorias	21.587,58		529,47	21.058,11
Dividas de terceiros:				
Membros, c/c	1.830.408,36	5.190.098,00	5.214.243,45	1.806.262,91
Clientes - Títulos a receber				0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	4.813.427,04	196.838,96		5.010.266,00
Adiantamentos a fornecedores	13.776,19		4.713,53	9.062,66
Estado e outros entes públicos	0,00	1.102,76		1.102,76
Títulos negociáveis				
Outros títulos negociáveis e outras aplic tesouraria	298.238,01	239.999,99	0,00	538.238,00
TOTAL	6.977.437,18	5.628.039,71	5.219.486,45	7.385.990,44

Modificação de critérios de demonstração das contas de terceiros (referente à nota 21 – Activo Circulante)

Rubricas	Saldo final 2008 considerado no ABDR de 2008	Saldo final 2008 considerado no ABDR de 2009
Dividas de terceiros:		
Outros devedores	898.101,44	4.813.427,04
Adiantamentos a fornecedores	13.819,15	13.776,19



Na rubrica “Outros Devedores”, considera-se a totalidade dos valores a débito das contas 262 – Pessoal, 267 – Consultores, Assessores e Intermediários e 268 - Outros Devedores. Ainda se inclui nesta rubrica o valor a débito da conta 221 – Fornecedores c/c, que deixa de estar incluído na rubrica Adiantamentos a fornecedores. Esta modificação foi efectuada por transmitir melhor compreensão dos saldos apresentados em Balanço.

40 - Movimentos dos capitais próprios

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Fundo Social	2.718.600,65	507.379,60		3.225.980,25
55 - Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas:				
57 - Reservas				
572 - Reservas Estatutárias	984.444,08	284,28		984.728,36
572 - Reservas estatutárias				
573 - Reservas contratuais				
574 - Reservas livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações				
574 - Reservas Livres	944.879,59			944.879,59
59 - Resultados transitados	2.179.632,16	1.421,41	284,28	2.180.769,29
88 - Resultado líquido do exercício	1.421,41	39.422,12	1.421,41	39.422,12
Total	6.828.977,89	548.507,41	1.705,69	7.375.779,61

41 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

(euros)

Movimentos	Mercadorias
Existências iniciais	21 587,58
Compras	0,00
Regularização de existências	0,00
Existências finais	21 058,11
Custos do exercício	529,47



44 - Repartição das vendas e prestações de serviços

(euros)	
ACTIVIDADE: Proveitos Associativos	Valor
Quotas	5 189 998,00
Emolumentos	33 592,74
Total	5 223 590,74

45 - Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2009	2008		2009	2008
	681-Juros suportados	118.629,03		132.163,11	781-Juros obtidos
688-Outros custos e perdas financeiros	103.088,62	163.029,91	784 - Rendimento. Part. Capital 788-Outros proveitos e ganhos financeiros	22,88	
Resultados financeiros	-141.656,62	-175.663,60			
Total	80.061,03	119.529,42	Total	80.061,03	119.529,42

46 - Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2009	2008		2009	2008
	691 -Donativos	4 576,59		4 770,64	791 - Restituição de Imposto
695 - Multas e penalidades	1 554,96	399,64			
697 -Correcções relativas a exercícios anteriores	46 565,05	163 120,58	797 -Correcções relativas a exercícios anteriores	96,08	485,23
698-Outros custos e perdas extraordinários	150,00		798-Outros proveitos e ganhos extraordinários	4 185,54	72 487,76
Resultados extraordinários	-48 562,11	-95 317,87			
Total	4 284,49	72 972,99	Total	4 284,49	72 972,99



48 - Outras informações

a) Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2009:

(euros)	
Custos diferidos	
Seguros	194.96
Contratos de Manutenção	
Conservação e Reparação de Imóveis	30 281.93
Outros Custos Diferidos	96.00
Total	30 572.89

Acréscimos de custos	
Remunerações a liquidar	56 033.76
Fornecedores	
Outros acréscimos de custos	119.06
Total	56 152.82

O Técnico Oficial de Contas

António Campos Pires Caiado
TOC 93

Conselho Directivo Regional



Conselho Fiscal

Parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas do ano 2009

Aos membros da Ordem dos Enfermeiros

Nos termos estatuídos o Conselho Fiscal apresenta o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas relativos ao ano 2009, elaborado pelo Conselho Directivo.

Tomámos conhecimento dos actos de gestão do Conselho Directivo, e em ordem a uma mais fundamentada elaboração do seu parecer, o Conselho Fiscal solicitou ao Conselho Directivo todas as informações que considerou necessárias, tendo obtido todas as informações e esclarecimentos solicitados, e que nesta oportunidade agradecemos.

Verificámos o Balanço a 31 de Dezembro de 2009, a Demonstração de Resultados e os respectivos Anexos, assim como que os critérios adoptados na preparação das contas estão de acordo com as normas legais em vigor e que reflectem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Ordem, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

Da análise do Relatório e Contas de 2009, adicionada dos elementos e informações complementares obtidos, **o Conselho Fiscal é de parecer que merecem a aprovação dos membros, quer o Relatório de Actividades quer as Contas em 31 de Dezembro de 2009, da Ordem dos Enfermeiros, apresentados à Assembleia Geral pelo Conselho Directivo.**

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2010

O Conselho Fiscal

Maria Clara Bel Fernandes
Freda Paula Oliveira
Os Concelhos, Remota
João António Almeida
Fernando Martins Cerdas